

convergência

OUT — 1978 — ANO XI — N.º 116



- **DIA MUNDIAL DAS MISSÕES**
Papa Paulo VI — página 453
- **TESTEMUNHO DE VIDA QUE SE ESPERA DOS RELIGIOSOS**
Cardeal Eduardo Pirônio — página 459
- **MENSAGEM BÍBLICA, RESPOSTA ÀS ANGÚSTIAS DE NOSSO TEMPO** — Frei Leonardo Boff, OFM — página 472

CONVERGÊNCIA

Revista da Conferência
dos Religiosos do Brasil

Diretor-Responsável:

Pe. Décio Batista Teixeira, SDB

Redator-Responsável:

Padre Marcos de Lima

Direção, Redação, Administração:

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar
(ZC-06) — 20.000 RIO DE JANEIRO —
RJ.

Assinaturas para 1977:

Brasil, taxa única (via terrestre ou aérea).....	Cr\$ 200,00
Exterior: marítima.....	US\$ 17,00
aérea.....	US\$ 25,00
Número avulso.....	Cr\$ 20,00

Os artigos assinados são da respon-
sabilidade pessoal de seus autores.

Composição: Compositora Helvética
Ltda., rua Correia Vasques, 25 — 20.000
Rio de Janeiro — RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora
VOZES Ltda., rua Frei Luis, 100 —
25.600 Petrópolis — RJ.

Nossa Capa:

Estilização de uma BIRUTA, instrumen-
to técnico que indica o movimento
direcional dos ventos nos aeroportos.
Um SÍMBOLO, um COMPROMISSO,
um APELO para **CONVERGÊNCIA**.
SÍMBOLO do que não pode ser: volúvel,
inconstante, sem rumo. Quem varia
com os ventos é leve demais para as
responsabilidades da Vida Religiosa.
COMPROMISSO de fidelidade ao que
sempre tem procurado ser: sensível ao
Espírito, aberta ao que transcende.

APELO: combate à indecisão. Fé diante
das perspectivas que estão se cons-
truindo. Agir com o pé no futuro pois os
caminhos se abrem quando cada um se
põe a caminhar. Pela força e clareza das
idéias que veicula, **CONVERGÊNCIA**
quer ser um exercício mensal de es-
perança na Vida Religiosa renovada.

Registro na Divisão de Censura de
Diversões Públicas do D.P.F. sob o nº
1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	449
INFORME DA CRB.....	451
DIA MUNDIAL DAS MISSÕES Papa Paulo VI.....	453
TESTEMUNHO DE VIDA QUE SE ESPERA DOS RELIGIOSOS Card. Eduardo F. Pirônio.....	459
A MENSAGEM BÍBLICA COMO RESPOSTA ÀS ANGÚSTIAS DE NOSSO TEMPO Frei Leonardo Boff, OFM.....	472
OS JESUÍTAS E A QUESTÃO RELIGIOSA , Riolando Azzi.....	485
LIVROS NOVOS.....	511

EDITORIAL

*“A Igreja peregrina é por natureza missionária. Ela se origina da missão do Filho e da missão do Espírito Santo, segundo o desígnio do Pai”
Decreto Ad Gentes, 2.*

*“Como o Pai me enviou também eu vos envio: Ide por todo o mundo, proclamai o Evangelho a toda criatura”
Jo 20, 21 e Mc 16, 15.*

Neste outubro, a Igreja estará vivendo dois momentos significativos na sua História: a **III Conferência Episcopal de PUEBLA** e o **Dia Mundial das Missões**. Dois acontecimentos eclesiais que pelo seu dinamismo intrínseco e pela sua amplitude tomarão conta das atenções e do compromisso do Povo de Deus.

O seu transcurso gira em torno do fim primordial da Igreja: a evangelização e a consciência missionária. A tarefa de evangelizar é a questão central da Igreja desde sua existência. “A Igreja peregrina é por natureza missionária. Pois se origina da missão do Filho e da missão do Espírito Santo, segundo o desígnio do Pai” (Ad Gentes, 2). A mis-

são do Filho, é esta: “Como o Pai me enviou também eu vos envio” (Jo 20, 21). “Ide por todo o mundo, proclamai o Evangelho a toda a criatura” (Mc 16, 15). Este legado é um imperativo para todo o Cristão. A essência da Igreja consiste em ser evangelizadora, missionária e salvadora.

A questão da Evangelização assinala momentos de maior consciência da Igreja, desde o Concílio de Jerusalém, até a “Evangelii Nuntiandi”. Em todos os tempos, a tarefa da evangelização apresentou configurações diversas de intensidade. Foi vista sob diferentes ângulos. Mereceu respostas diversas. A Igreja, para que a sua missão seja verdadeira e adequada, deve estar atenta e aberta aos sinais dos tempos e aos apelos dos homens. Na América Latina, espera-se uma resposta contundente da III Conferência Episcopal neste campo. A celebração do Dia Mundial das Missões, psicologicamente induz o cristão a sair do seu egoísmo espiritual. Impelle todo o Povo de Deus à corresponsabilidade na Igreja Universal.

Na linha de frente, a ação evangelizadora e a ação missionária são ativadas pelos sacerdotes, religiosos e os leigos que vivem fielmente sua consagração batismal.

Quando e como a vida religiosa será profundamente evan-

gelizadora e missionária, como dinamismo da Igreja, diante do atual contexto? Ela é em si mesma evangelizadora e missionária, porque o termo de missão é o mesmo: levar todos os homens à salvação seja qual for o modo concreto de uma VR. É evangelizadora quando atualiza a palavra de Deus, quando encarna de modos diversos a maneira de viver do Cristo. É missionária não só pela palavra e a atividade, mas quando é um sinal de generosa disponibilidade para com Deus, com a Igreja e para com os homens.

O religioso pela consagração pública torna-se reserva de Deus. Esta dimensão conserva seu permanente valor. O sentido bíblico de consagração torna-se completo como missão. "O religioso é **enviado** da parte de Deus com a missão de testemunhar a realidade do Reino escatológico e de vivê-la, antecipadamente, já agora. Esta consagração-missão fundamenta o compromisso religioso na construção de um mundo mais livre e mais fraterno".

Neste contexto de Evangelização, de presença apostólica que prolonga a Missão de Jesus Cristo situa-se a mensagem sobre o Dia Mundial das Missões de **Paulo VI**. Suas considerações sobre este tema é uma diligente reflexão para os religiosos e para todos os cooperadores das Missões Católicas. Na mesma linha apresentamos o texto de

Dom Aloísio Lorscheider, Presidente da CNBB, ressaltando em sua mensagem, que todo evangelizador deve ser um semeador de justiça para que se possa colher a paz.

O **Cardeal Eduardo F. Pirônio** escreveu o magnífico texto sobre o "Testemunho de Vida que se Espera dos Religiosos". No desenrolar desta reflexão indica três aspectos fundamentais para que a V.R. revele aos homens a verdadeira face de Deus e a chegada do Reino: a pobreza, a oração e a fraternidade evangélica. É uma espécie de exame de consciência à luz da Palavra e da expectativa dos homens. Esta reflexão, mira mais o próprio **ser religioso** da V.R. do que a atividade pastoral. Porém, sublinha que para descobrir o verdadeiro testemunho de vida dos religiosos é imprescindível estar em contato com o povo simples.

Frei Leonardo Boff, OFM, membro da Equipe de Reflexão Teológica da CRB-Nacional, apresenta um excelente trabalho teológico sobre a mensagem bíblica como resposta às angústias de nosso tempo. Este texto merece uma atenção especial de cada leitor.

Riolando Azzi evoca os Jesuítas e a questão religiosa na época imperial, dando continuação a seus artigos históricos sobre a presença dos Religiosos na vida eclesial brasileira.

Pe. Celso Sehn, MSF

INFORME

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

CERNE

O CENTRO DE RENOVAÇÃO ESPIRITUAL da Conferência dos Religiosos do Brasil encerrou seu terceiro curso, o CERNE — 3, dia 30 de setembro de 1978. O Curso teve a duração de seis semanas, em regime de internato. Realizou-se no Convento Madre Regina em Petrópolis, RJ. Contou com a participação de 40 alunos de 25 Congregações: 19 femininas e 6 masculinas, procedentes de 11 Estados da Federação, a saber:

Maranhão	2
Piauí	1
Ceará	1
Mato Grosso	1
Pernambuco	3
Minas Gerais	3
Rio de Janeiro	5
São Paulo	8
Rio Grande do Sul	12
Santa Catarina	3
Alagoas	1

O CERNE tem como **objetivo geral** proporcionar aos religiosos e às religiosas um programa de aprofundamento que os auxilie a perceber suas potencialidades e melhor integrá-las no serviço de Deus e dos homens. **Especificamente** quer:

a) Ajudar aos religiosos e às religiosas a avaliar atitudes, a conseguir conhecimentos, a treinar capacidades.

b) Ajudar, pelo aconselhamento ou orientação pessoal, para um crescimento interior integrado.

c) Incentivar uma vivência comunitária, criativa, em vista de uma real experiência de vida religiosa que conduza a uma conversão pessoal à vida consagrada.

O CERNE se destina (aos religiosos) (as) de modo geral, de vinte (20) ou mais anos de profissão religiosa e trabalho apostólico, que sentem dificuldades na renovação espiritual, teológica, pastoral.

Condições para ser admitido ao CERNE:

a) Pessoa com opção firme na Vida Religiosa.

b) Religioso (a) com 20 ou mais anos de profissão religiosa.

c) Religioso (a) que deseja e/ou aceita a oferta de um curso de renovação pessoal.

d) Religioso (a) que tenha dificuldade para aceitar a renovação e, em consequência, também se ressinta no

relacionamento comunitário (não casos-problemas).

O Curso pretende dar um acompanhamento individual através da equipe de coordenação. Os temas selecionados são os seguintes: 1. Dinâmica de entrosamento. 2. Oração individual e comunitária e litúrgica. 3. Teologia da Vida Religiosa. 4. Espiritualidade da Vida Religiosa. 5. Mudança e Cultura. 6. Apoio psicológico na Vida Religiosa. 7. Crescimento Comunitário. 8. Perspectivas da Teologia hoje. 9. Missão e Liderança Apostólica. 10. Retiro dirigido.

A metodologia do curso se dá através de colocações e professores, retiros dirigidos, vivência litúrgica diária, incentivo a grupos de vida e de trabalhos, apoio à dinâmica social do grupo, contatos semanais com a coordenação e ajuda espiritual pessoal.

Prestaram assessoria ao CERNE — 3 os seguintes professores: Frei Leonardo Boff, OFM, Ir. Laurindo Trombetta, FMS, Ir. Carmelita de Freitas, FI, Pe. Ralfy Mendes de Oliveira, SDB, Pe. Pedro Kramer, Pe. Jaime Sullivan, OMI, (Supervisor do CERNE), além dos coordenadores do Curso: Ir. Henrique Van der Maat, Ir. Maria Inês Pereira Leite, e Ir. Patrícia Helen Neihouse. A responsabilidade do CERNE cabe à Diretoria Nacional da Conferência dos Religiosos do Brasil.

Desde agosto de 1977, participaram nos 3 cursos 120 religiosos(as) de 34 congregações femininas e 13 masculinas, sendo 98 mulheres e 21 homens, de 18 Estados do Brasil.

Para 1979 estão previstos na programação geral da CRB mais 4 cursos, sendo que o local e as datas de realização serão fornecidos oportunamente aos Superiores Maiores.

Religioso, criatura nova, pelo testemunho

A vida consagrada é um sinal e uma antecipação do “homem novo criado segundo Deus na justiça e na santidade que vêm da verdade” (Ef 4, 24). A responsabilidade e as linhas fundamentais da vida **nova**, da criatura **nova** em Cristo são: a morte e a ressurreição, o despojamento e a interioridade contemplativa, a presença na história e a tensão escatológica. O discurso sobre a **novidade** pascal da vida só os iniciados o entendem. Mas o **testemunho**, os pobres e os simples o percebem com facilidade. Fixar-se no pobre e no simples ajuda a sentir o júbilo íntimo de ser por eles evangelizados.

Verdade de clareza meridiana

Quem é verdadeiramente pobre nunca se dá conta, com clareza de que o é. Ama e procura saboreá-la em silêncio. Teme perdê-la ao proclamá-la. Se houvesse mais pobreza em nós, haveria menos divisões e menos palavras. Quando se pretende dizer muita coisa sobre a pobreza, manifesta-se um novo modo de ser rico.

DIA MUNDIAL DAS MISSÕES

*Mensagem do Santo Padre, o Papa Paulo VI,
para o DIA MUNDIAL DAS MISSÕES, dia 22 de outubro.*

A todos os nossos Irmãos e Filhos em Cristo.

Entre as solitudes do nosso ministério apostólico, estão-nos particularmente presentes ao espírito o zelo em favor das Missões e o estudo dos problemas a elas relativos, isto tanto pela importância que a causa missionária reveste na realidade viva da Igreja, como pela sensibilidade e generosidade que a respeito dela mostra, com fervor crescente, todo o Povo de Deus.

Retomamos, portanto, com muito gosto este inexaurível tema por ocasião do **Dia Mundial das Missões**, também porque estamos seguros de que as considerações que fizemos, como as sugestões que propusermos, serão objeto de reflexão diligente por parte dos Sacerdotes, dos Religiosos e de todos os cooperadores das Missões Católicas.

O tema para o qual desejamos chamar a atenção é precisamente o da cooperação, entendida como auxílio próprio e direto que se oferece à obra de evangelização nos locais de missão. Esperamos que assim fiquem mais claras e urgentes as motivações e os critérios de tal encargo eclesial.

1. A ajuda à evangelização

Falando de cooperação missionária, é necessário ter presente, antes de tudo, qual o fim primário da ação da Igreja: o anúncio e a difusão do Evangelho do seu divino Fundador. A ajuda à evangelização não pode, portanto, reduzir-se unicamente a uma obra de civilização humana, ou — como observamos na Mensagem do ano passado — à promoção do “Terceiro Mundo”. A ajuda dos fiéis deve dirigir-se, com preferência prioritária, à evangelização verdadeira e própria, à chamada primeira evangelização, para conseguir que, em todas as comunidades humanas, sejam colocados e fiquem muito visíveis os sinais permanentes da presença salvífica de Jesus

Cristo por meio da Igreja, que é “sacramento universal de salvação”, Decreto Ad Gentes, 6.

Adverte de fato o Concílio Vaticano II que “o fim específico da atividade missionária é a evangelização e a fundação da Igreja naqueles povos e grupos em que esta não existe ainda”, Decreto Ad Gentes, 6.

É portanto nesta perspectiva que se enquadra o necessário auxílio que se pede a todos os cristãos.

Acontece todavia frequentemente que a ação evangelizadora deve fazer-se acompanhar de iniciativas de urgente necessidade, dirigidas ao desenvolvimento material das pessoas e dos povos em vias de desenvolvimento. Mas, também nestes casos, é necessário conservar ao anúncio do Evangelho e à fundação das Igrejas locais o seu caráter preeminente, de maneira que a ajuda técnica ou econômica apareça como consequência lógica da pregação da lei do amor, aprendida na escola de Cristo. O socorro levado pelos Missionários apresentar-se-á assim na forma de dedicação requintadamente fraterna, por meio do qual, mesmo onde Jesus Cristo não Se manifestou ainda na sua transcendente plenitude, a semente já está lançada e a porta para a sucessiva pregação já está aberta.

Ora, para poder realizar este plano concreto, é preciso que haja a co-responsabilidade de todo o Povo de Deus, e ela é dever urgente que diz respeito a todos quantos presidem a cada uma das Comunidades que fazem parte da Igreja. Os primeiros chamados a colaborar são os Sacerdotes, os Religiosos e os Leigos que desejam viver coerentemente a própria vocação batismal. Sem esta dimensão missionária, a ajuda que das antigas Igrejas chega a cada indivíduo e aos povos necessitados, poderia perder aquele valor de gratidão a Deus pelo dom inestimável da fé e de autêntico amor do próximo, qual os mesmos oferentes desejam.

2. Ajuda às Igrejas jovens

A pregação do Evangelho não pode limitar-se ao anúncio formal da Palavra de Deus, mas deve tender também para a criação da Comunidade cristã, pondo-a em condição de “prover sozinha, quanto possível, às próprias necessidades”, (Decreto Ad Gentes, 15), que são, primariamente, o contínuo e ordenado incremento das vocações sacerdotais e religiosas, o lançamento e progresso de iniciativas adequadas no plano religioso, cultural, assistencial, etc. A ajuda missionária dos fiéis deverá portanto ser orientada para estas Igrejas particulares de mais recente fundação, as quais, dada esta origem, precisam do calor da eficaz comunhão e do socorro concreto das Igrejas irmãs.

Tal preferência da orientação caritativa, bem longe de levar a esquecer as outras instituições missionárias existentes no mundo, é garantia, pela generosidade que nela se revela, da proteção da Providência divina.

Entre as formas de assistência às Igrejas jovens merece ser recordada uma que nos nossos dias está bastante difundida, e é a chamada "gemelagem": fato este que deve ser julgado como autêntico e positivo, quando com ele se não esquece a finalidade fundamental da cooperação, que tem em conta as necessidades urgentes de toda a Igreja missionária. Dá-se porém o fato de algumas Igrejas, embora necessitadas de assistência, hesitarem perante a "gemelagem", como se temessem receber ajuda duma Igreja particular, preferindo antes a ajuda respeitosa e anônima, proveniente da Igreja universal. Mas de tal atitude jovem acabam por ficar esquecidas.

Queremos, portanto, inculcar o princípio segundo o qual todas as Igrejas locais, tanto de antiga como de recente fundação, devem sentir a urgência de serem evangelizadoras, isto é, ativas e prontas em despertar e animar as várias iniciativas de apostolado. Neste contexto, a Igreja jovem, ao mesmo tempo que deve exprimir reconhecimento à Comunidade eclesial que a vem socorrer, longe de ficar, por assim dizer, atrofiada no seu processo de crescimento, sentirá ela também a necessidade de oferecer a sua colaboração generosa para o crescimento da Igreja no mundo inteiro.

Deve-se ter igualmente presente, a este propósito, que o progresso econômico em algumas regiões, em que se estabeleceu o cristianismo há bastante tempo, permite que surjam e floresçam instituições qualificadas para a assistência e a beneficência. Todavia, os responsáveis por tais organismos nem sempre são capazes de reconhecer, entre os destinatários dos socorros, aqueles que mais os necessitam; outras vezes a intervenção benéfica, por insuficiente entendimento entre a instituição que ajuda e as comunidades ajudadas, não consegue o efeito desejado: o de desenvolver o sentido de vigilante responsabilidade na criação das próprias estruturas.

Exatamente para obviar aos riscos duma ajuda que poderia mostrar-se particularista e dispersiva, torna-se evidente a oportunidade de haver uma coordenação superior entre as várias formas de socorro e de assistência.

3. A ajuda missionária por meio das Pontifícias Obras Missionárias

O espírito de ajuda, que desejamos recomendar e promover, é precisamente o das Pontifícias Obras Missionárias, cuja importância várias vezes pusemos em relevo. Estas Obras, de fato, nasceram mesmo no seio da Comunidade cristã, com o fim de promover a consciência missionária de todo o Povo de Deus, e foi por esta sua natureza universal e, à letra, católica, que os nossos Predecessores lhes atribuíram o título de **Pontifícias**. Com tal denominação, não apenas honorífica ou decorativa, as Pontifícias Obras Missionárias exprimem e testemunham a sua total disponibilidade em prestar ajuda fiel Aquele que "preside à caridade universal". Atendendo ao caráter pontifício que têm, as mesmas Obras são também episcopais, isto é, encontram-se ao serviço da colegialidade episcopal e de cada Bispo em particular, na medida em que este é princípio de unidade na própria Igreja

local e é responsável pela evangelização universal. Tais Obras são, portanto, no âmbito da cooperação missionária, o meio privilegiado à disposição de todo o Povo de Deus.

Se na atividade missionária direta a preferência vai para os Institutos sob a direção dos Bispos das Igrejas particulares, na cooperação missionária a prioridade, por parte da Comunidade cristã, pertence às Pontifícias Obras Missionárias. Com razão afirmou portanto o Concílio Vaticano II que “a estas Obras deve ser reservado com razão o primeiro lugar, pois constituem outros tantos meios não só para infundir nos católicos, desde a mais tenra idade, um espírito verdadeiramente universal e missionário, mas também para favorecer uma adequada recolha de auxílios para bem de todas as Missões e segundo as necessidades de cada uma”, Decreto Ad Gentes, 38.

O anúncio e a difusão do Evangelho requerem, hoje mais do que nunca, uma programação de vasto alcance, compreensiva e previdente, para a qual todas as forças católicas concorram, ao passo que o necessário trabalho de síntese — como serviço do primado universal do Sumo Pontífice e da colegialidade episcopal — está confiado ao Dicastério missionário, ao qual exatamente “pertence regular e coordenar, no mundo inteiro, tanto a obra missionária em si mesma quanto a cooperação missionária”, Decreto Ad Gentes, 29.

É portanto desejável que, no programa de renovação espiritual, que se vai pondo em prática nas diversas Nações e Dioceses, seja reconhecido às Pontifícias Obras Missionárias, que dependem da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos, o efetivo lugar preferencial que o Concílio Vaticano II e Nós lhes confirmamos. Deste modo, a ajuda qualitativa e quantitativa para a causa do Evangelho não registrará soluções de continuidade, quer pela maior diligência técnico-organizativa dos promotores, quer pelo aumento do sentido de responsabilidade por parte dos fiéis.

Com estes pensamentos, Irmãos e Filhos caríssimos em Jesus Cristo, invocamos sobre vós e sobre o vosso zelo missionário os contínuos auxílios da divina assistência, ao mesmo tempo que de todo o coração nos concedemos a propiciadora Bênção Apostólica.

Dado em Roma, junto de São Pedro, na solenidade de Pentecostes, 14 de maio de 1978, décimo quinto de nosso pontificado.

PAULO PP. VI



O mundo também tem futuro porque ele sempre é objeto do amor de Deus. A quem Deus ama não poderá desaparecer.

EVANGELIZAR: SEMEAR A JUSTIÇA PARA COLHER A PAZ

*Todos somos irmãos.
Ninguém pode ser escravo de ninguém.*

Anualmente, no mês de outubro, a Igreja coloca diante de nossos olhos uma característica essencial de sua vida: a Igreja, por sua natureza, é missionária. A evangelização define sua razão de ser. Ai de mim se não evangelizar! (1 Cor 9, 16). A evangelização é necessária, insubstituível, indispensável. Vale a pena dedicar-lhe todo o tempo, todas as energias e, se necessário for, a própria vida (Evangelii Nuntiandi, 5). A atividade missionária, evangelizadora, brota do próprio seio trinitário. É o Pai enviando o Filho. São o Pai e o Filho enviando o Espírito Santo. É a missão do Filho a partir do Pai, é a missão do Espírito Santo a partir do Pai e do Filho, que explicam a missão da Igreja. O mês missionário, por conseguinte, põe-nos dentro do mais importante envio que possa haver. Pela missão evangelizadora estamos realizando a obra mais desejada pelo Pai. "Como o Pai me enviou assim eu vos envio a vós. Ide pelo mundo inteiro, pregai o Evangelho, bati-

zai, ensinai a observar o que eu vos mandei" (Jo 20, 21; Mc 16, 16; Mt 28, 19-20).

Neste ano nossa atenção é dirigida para o importante anúncio evangélico da justiça. Desde 1968, a Igreja da América Latina não cessa de clamar pela instauração de uma sociedade mais justa. A Igreja, a partir do seu centro, que é a Sé de Pedro, não nos faz ouvir voz diferente. É uma só a voz: justiça, justiça, mais justiça. É necessário dar a cada criatura humana o que lhe é devido. Cada criatura humana tem direito a estruturas tais de vida que lhe seja possível desenvolver ao máximo as potencialidades do seu ser.

É este o aspecto mais profundo da justiça social, que não esquece, mas supõe a justiça comutativa dentro da justiça distributiva. A libertação de uma situação opressora para colocar a criatura dentro de uma autêntica linha promocional é

o anúncio eclesial mais insistente, fundamentado no evangelho da fraternidade universal: **todos somos irmãos. Ninguém pode ser escravo de ninguém.** "Todos, com efeito, sois filhos de Deus mediante a fé em Jesus Cristo. Todos os que fostes batizados em Cristo, vos revestistes de Cristo. Já não há judeu nem grego; já não há escravo nem livre; já não há homem nem mulher, pois todos sois um em Cristo Jesus" (Gál 3, 26-27). A profunda unidade de todos em Cristo e por Ele no Pai na força do Espírito Santo (Jo 17; Rom 5, 5; Ef 4). A imagem e semelhança divinas do início dos tempos (Gên 1, 26) recebe a sua plenitude em Cristo que é tudo em todos (Col 1, 2; 3, 11).

Justiça, portanto, e caridade são duas realidades inseparáveis. O amor é o vínculo da perfeição. Só um coração impregnado do amor ao próximo é capaz de realizar na devida forma e perfeição a justiça social.

A busca e vivência desta justiça leva à paz. Deve-se aqui recordar a bem-aventurança: "Bem-aventurados os fazedores de paz porque serão chamados filhos de Deus" (Mt 5, 9). Só o autêntico filho de Deus, que sabe amar no irmão o próprio Senhor do Universo e Pai de todos (Ef 4, 5-6) é capaz de dar a cada ser humano o que lhe é devido (Rom 12, 8-10). E dando a cada qual o que lhe deve, constrói-se paz sólida e duradoura.

A maior ameaça à paz do indivíduo e da sociedade é a **marginalização, a não realização** do ser humano em todo o dinamismo de suas virtualidades. Quem recebeu cinco talentos deverá obter outros cinco; quem dois, outros dois; quem um só, não poderá cruzar os braços, mas também tem a obrigação de conseguir mais outro talento (Mt 24, 14-20). A igualdade humana e cristã fundamental leva na vivência prática a uma igualdade relativa com base na diversidade de dons e qualidades de cada um. **Igualdade, porém, relativa** na vivência prática não significa dominação de uns em ordem aos outros, mas muito mais respeito das possibilidades de um em relação ao outro com a necessária solidariedade para o crescimento homogêneo de uns e outros em sua capacidade humana e cristã.

Dentro da luz dessas considerações, vê-se a importância do tema fundamental proposto à nossa reflexão neste mês missionário, tema que continua ligado ao da Campanha da Fraternidade deste ano de 1978: Trabalho e Justiça para todos. Ojalá o mês missionário marque mais um passo à frente na construção de uma sociedade justa, fraterna, pacífica, evangelizada conforme o plano criador e salvador divino.

Brasília, 2 de junho de 1978.

Cardeal Aloísio Lorscheider

Presidente da CNBB

TESTEMUNHO DE VIDA QUE SE ESPERA DOS RELIGIOSOS

Card. Eduardo F. Pirônio

Roma, Itália

“A Vida se manifestou, e nós a vimos, e damos testemunho” (1 Jo 1,2).

“Sereis minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judéia e Samaria, e até os confins da terra” (At 1,8).

“Sois uma carta de Cristo, entregue ao nosso ministério, escrita não com tinta, mas com o Espírito de Deus vivo, não em tábuas de pedra, mas em tábuas de carne, isto é, nos corações” (2 Cor 3,3).

INTRODUÇÃO

Dar testemunho da Vida! Da Vida que é Cristo. Da vida eterna que levamos, anunciamos e esperamos. Este é o mistério da vida consagrada, profundamente inserida na consagração batismal, e particularmente marcada pela cruz e pela esperança no Mistério Pascal de Jesus.

Tocamos aqui na essência da vida consagrada: ser um sinal evidente, imediatamente palpável, da presença de um Deus Amor. Ser uma carta de Cristo facilmente “conhecida e lida por todos os homens” (2 Cor

3,2). Isto exige um esforço contínuo para ser sincero e simples. Os homens de hoje são particularmente sensíveis aos valores essenciais da vida religiosa.

Falamos diretamente de um “testemunho de vida”. Por conseguinte, trata-se essencialmente do próprio ser da Vida Religiosa, e não tanto de uma tarefa pastoral ou de uma atividade apostólica. Embora também estas possam — como manifestação de uma vida e fruto da ação do Espírito — dar um testemunho facilmente reconhecível pelo mundo. “O testemunho que eu tenho são

as obras que o Pai me encarregou de realizar. As obras que realizo dão testemunho de que meu Pai me enviou" (Jo 5,16).

Trata-se de descobrir agora o **estilo de vida** que mais facilmente possa revelar aos homens de hoje a verdadeira face de Deus e a chegada de seu Reino; que seja, a um tempo, manifestação da presença salvadora de Jesus e chamado contínuo à conversão.

A Vida Consagrada tem de ser essencialmente uma revelação do amor de Deus, um sinal concreto da Aliança, um convite irresistível à comunhão dos homens entre si e com o Pai. Por isso, tem de ser vivida "na sinceridade do amor" e "na alegria da esperança" (Rom 12, 9-12).

Eu gostaria de indicar três pontos que me parecem fundamentais para o testemunho de vida que hoje se espera de nós: a pobreza, a oração, a fraternidade evangélica. Desejaria que estas reflexões simples — já bem conhecidas de nós — fossem uma espécie de exame de consciência, feito à luz da Palavra de Deus e da expectativa crescente dos homens, o qual nos colocasse diante da necessidade irresistível e feliz de nos tornarmos "novos", da novidade profunda e contagiosa da Páscoa: "Se ressuscitastes com Cristo, buscai as coisas do alto, onde Cristo está sentado à direita de Deus. Aspirai às coisas do alto, não às da terra. Porque morrestes e vossa vida está oculta com Cristo em Deus. Quando Cristo, que é vossa vida, se manifestar, então também vós vos manifestareis com ele cheios de glória" (Col 3,1-4).

Este é um magnífico texto pascal que expõe a responsabilidade e as linhas fundamentais — morte e ressurreição, despojamento e interioridade contemplativa, presença na história e tensão escatológica de uma vida nova em Cristo. Porque, positivamente, a vida consagrada é um sinal e uma antecipação do "homem novo criado segundo Deus na justiça e na santidade que vêm da verdade" (Ef 4,24).

Um discurso ou um artigo sobre a novidade pascal talvez só os iniciados o entendam. Mas o testemunho de uma verdadeira vida nova em Cristo os pobres e os simples o percebem com facilidade. Seria preciso fixar-se neles com mais frequência, não tanto para compadecer-se deles quanto para sentir o júbilo de ser por eles evangelizados.

I. A POBREZA

"Felizes os que têm alma de pobres, porque a eles pertence o Reino dos céus" (Mt 5,3).

Sinto medo de falar da pobreza. Justamente porque não sou pobre. Porque sei que a pobreza exige um despojamento radical de si mesmo, um aniquilamento sereno até a morte de cruz e uma permanente disponibilidade para receber, escutar e servir aos irmãos. Felizmente a pobreza é também um abandono total nas mãos do Pai. Isto me dá confiança.

Entretanto, receio também falar da pobreza porque, quando se pretende dizer muita coisa sobre a pobreza, manifesta-se um novo modo de ser rico.

Quem é verdadeiramente pobre nunca se dá conta, com clareza, de que o é. Ama a pobreza e procura saboreá-la em silêncio; mas teme perdê-la ao proclamá-la. Muito mais quando a exige desapiadadamente dos outros. É por isso que simplesmente a vive.

Se houvesse mais pobreza entre nós, haveria menos divisões. Porque desconfiaríamos mais de nossa segurança pessoal e nos abriríamos mais facilmente ao diálogo com nossos irmãos. Sobretudo, aprenderíamos deveras a orar juntos e a esperar tudo do Senhor. Muitas comunidades estão-se esfacelando por falta de pobreza: porque, tanto de uma parte quanto de outra, se sentem com a infalível certeza de serem fiéis ao carisma ou de possuir com exclusividade a perfeita fidelidade à Igreja. A pobreza nos torna fundamentalmente inseguros e insatisfeitos conosco mesmos. Mas é uma insegurança provisória e uma insatisfação serena, porque nos abre à oração, à busca sincera com os outros, ao abandono filial nas mãos de um Pai que é todo-poderoso e que nunca falha.

Por isso, a pobreza nunca é agressiva, violenta ou excludente. É essencialmente serena e alegre, manifesta-se através de uma forte capacidade de amor universal (do qual ninguém fica excluído), e procura chegar com simplicidade a todos os homens, para dizer-lhes — com o grito do silêncio e o testemunho da

presença — que o Reino de Deus chegou e que é preciso converter-se e crer na Boa Nova (Mc 1,15).

Deste modo, a pobreza é um anúncio do Reino da justiça, do amor e da paz e uma denúncia profética das atitudes e estruturas que impedem a perfeita participação em seus frutos.

Quando Jesus nos diz: “Felizes os que têm alma de pobres”, não quer reduzir a pobreza a mera atitude interior, mas quer assinalar o espírito com que devem ser vividas as atitudes exteriores: vender tudo, dá-lo aos pobres e depois segui-lo (Mt 19,21). Ou ainda: “O Filho do homem não tem onde reclinar a cabeça” (Mt 8,20).

O Senhor pede-nos uma pobreza efetiva e real, desprendimento de toda segurança humana (talento, dinheiro, bens materiais, poderes temporais), verdadeiro testemunho de simplicidade e liberdade evangélicas.

Pede-nos também, como sinal de sua presença e missão, um amor privilegiado aos que não possuem nada: nem casa, nem pão, nem trabalho, nem saúde, nem amor, nem esperança, nem alegria, nem experiência da paternidade de Deus. É, de certo modo, o grau de pobreza que São Paulo nos descreve: “Naquele tempo estáveis sem Cristo, excluídos da cidadania em Israel e estranhos às alianças da Promessa, sem esperança e sem Deus no mundo” (Ef 2,12).

Fomos escolhidos e consagrados pelo Espírito para levar a Boa Nova aos pobres. Mas quem são os pobres? Sem entrar em profundas

investigações bíblico-teológicas ou sociais, eu diria, simplesmente, que “pobre” é todo aquele que não dispõe do elementar para continuar vivendo: falta-lhe o pão em sua mesa familiar improvisada, faltam-lhe o sentido da vida e a companhia de amigos autênticos, faltam-lhe a cultura e a efetiva participação na realização de sua própria vocação e da história de seu povo, faltam-lhe amor, alegria e esperança, faltam-lhe a Palavra de Deus, a fé e a Vida de Cristo na Eucaristia. Faltam-lhe a experiência de um Deus que é Pai e a companhia dos homens como irmãos. Ele se sente irremediavelmente só.

Hoje, é-nos exigida uma particular solidariedade com os pobres: compartilhar a experiência de sua dor, de sua solidão, de sua esperança. Não para ficarmos definitivamente nisto, mas para dar-lhe sentido pela fé e ajudar a superar tudo pela caridade. “Cristo, sendo rico, fez-se pobre por nós, a fim de nos enriquecer com a sua pobreza” (2 Cor 8,1). A pobreza não é um fim: é uma forma de viver a caridade que “tudo espera e tudo suporta” (1 Cor 13,7).

Quando falamos de um estilo de vida mais pobre, entendemos um particular convite do Senhor para viver na simplicidade pessoal e comunitária, para descobrir e compartilhar de perto sua insegurança humana, sua dor e sua esperança. É o sentido de uma aproximação real dos pobres, da abertura de nossas casas às necessidades dos pobres, da implantação de uma verdadeira fraternidade evangélica (sempre feita dentro da comunhão eclesial e da

fidelidade ao próprio carisma) em meio às pessoas mais necessitadas. Via de regra, quase todos os Institutos nasceram como resposta evangélica à extrema pobreza moral, espiritual e material de certos meios urbanos e rurais. Seria o caso de examinar-se agora se o estilo de vida está correspondendo de fato à vontade e ao carisma dos Fundadores.

Eu quereria, porém, acrescentar ainda algumas considerações. Quando falamos de uma “opção em favor dos pobres”, dentro da perspectiva da vida consagrada, entendemos uma opção radical por “Jesus Cristo pobre”. O que dá sentido à nossa consagração é a particular referência a Jesus Cristo; do contrário, a nossa opção seria puramente sociológica e nem sequer exclusivamente cristã (dentro de outra ideologia poder-se-ia fazer a mesma opção com sentido contrário). Importa, então, assumir com generosidade e alegria o total despojamento de Jesus que, “sendo Deus, se fez servo, em tudo semelhante aos homens, obediente até a morte de cruz” (Flp 2,5-11). A verdadeira pobreza na vida consagrada insere-se sempre no mistério da Kénosis de Jesus.

Assim, nossa opção pelos pobres torna-se verdadeiramente integral (o homem todo), universal (todos os homens) e salvífica (especificamente cristã e evangélica). Uma opção pelos pobres é sempre serena, alegre, universalmente fraterna. Nasce de uma profunda visão de fé e de uma irresistível experiência de amor a Jesus Cristo presente nos irmãos: “tive fome e me destes de comer, tive sede e me destes de beber, era

forasteiro e me recolhestes, estive nu e me vestistes, enfermo e me visitastes, estive no cárcere e viestes ver-me” (Mt 25,34-40).

Uma verdadeira opção pelos pobres não exclui — mas, ao contrário, exige — um trabalho profundamente evangélico junto a outras classes sociais que vivem na abundância. Estas precisam ser educadas na fé, formadas para um autêntico sentido de justiça, estimuladas a viver no dinamismo da caridade cristã. E aqui está o drama para muitas pessoas ou comunidades que se sentem chamadas a viver entre os pobres, a optar pelos pobres. Como fazê-lo? Há dois modos igualmente cristãos e evangélicos, embora com graus diferentes de profundidade e de eficácia. Um é o imediato: instalar-se definitivamente num bairro pobre e necessitado, para aí dar testemunho de Cristo pobre, partilhando a sorte dos outros; o segundo é mais lento e oculto: formar comunidades cristãs (de jovens e de adultos) comprometidas em sua fé e evangelicamente abertas às exigências profundas dos pobres. Este caminho é por vezes mais doloroso, aparentemente inútil e criticado, porém, com o passar do tempo, quando assumido evangelicamente na cruz de Cristo, é muito mais profundo e eficaz: porque multiplica os verdadeiros evangelizadores dos pobres. É este o caso dos Colégios Católicos — quando são verdadeiros centros de evangelização — e de outras obras de educação ou assistenciais.

Finalmente, uma última reflexão sobre nossa opção pelos pobres. Ela tem de ser feita dentro de uma di-

menção evangélica essencial e de nossa responsabilidade específica de consagrados. Isto significa que ela deve ser sempre uma presença salvadora de Jesus, uma proclamação aberta de seu Reino de verdade, de santidade e de graça, um convite concreto à esperança. Existe algo que os pobres têm o direito de exigir dos consagrados: o anúncio explícito — em palavras e em gestos comunitários — da alegre Notícia da chegada de Jesus, o Salvador. Eles precisam ver-nos muito perto de seus sofrimentos, embora compreendam que não poderemos solucionar a totalidade de seus problemas. Não querem encontrar em nós pessoas que simplesmente “se compadecem” de sua pobreza, mas, sim, pessoas que são capazes de “assumi-la” com amor para nela se redimirem.

Sintamo-nos felizes de compartilhar a pobreza dos outros. Sintamo-nos felizes de lhes dar sentido de esperança como porta aberta para o Reino. Sintamo-nos extraordinariamente felizes de ser tão pobres, tão pobres, que só lhes possamos oferecer a fecundidade de nossa cruz, o aniquilamento de nossa consagração, a sinceridade de nosso amor, a alegria de nossa esperança e a infalível eficácia das palavras apostólicas: “Não tenho prata nem ouro, mas dou-te o que tenho: em nome de Jesus Cristo de Nazaré, levanta-te anda” (At 3,6).

II. A ORAÇÃO

*“Senhor, ensina-nos a rezar”
(Lc 11,1).*

“Ficai sempre alegres. Orai sem interrupção” (1 Tess 5, 16-17).

O mundo de hoje — sobretudo os jovens — sente necessidade de rezar. Tem fome de oração. Por isso, ele exige de nós que não só sejamos “homens de oração”, mas também “mestres” de oração. Por que esta exigência de oração em pessoas que experimentaram a imediatismo da técnica e da ciência, e a sedutora tentação da política?

É um fato — pelo menos em certos países — que os mosteiros contemplativos estão sendo assaltados por homens e mulheres que sentem a necessidade imperiosa de experimentar profundamente a Deus e de escutá-lo. Será simplesmente um desencanto da vida ou uma evasão do compromisso com os outros? Na maioria dos casos, o problema não é este. É, ao invés, a busca do essencial, do profundo, da verdadeira comunhão com Deus e com os homens, que faz com que eles experimentem a ânsia do silêncio, a necessidade da oração, o gosto pela contemplação.

As comunidades religiosas, em sua maior parte, vão-se renovando, com um desejo mais profundo de oração. Esta necessidade de uma oração autêntica, sentem-na muito forte as novas gerações de religiosos e religiosas. Eu quase diria que é este o aspecto positivo mais visível na atual renovação. Infelizmente, porém —, cumpre reconhecê-lo também com sinceridade — nem sempre isto acontece. Há casos em que a busca improvisada de formas novas de oração levaram à supressão

ou esquecimento das formas tradicionais, e acabaram ficando sem nada. Há casos, também, em que a fascinação pela atividade apostólica, pelo trabalho profissional ou pelo compromisso político, tem levado ao descuido de toda forma de oração.

No entanto, não é este o fenômeno que mais caracteriza a maior parte dos Institutos Religiosos. Há uma evidente e jubilosa manifestação do Espírito que chama à interioridade e ao silêncio, ao deserto e à comunhão, a escutar a Palavra do Senhor e a celebrá-la na Eucaristia.

Um primeiro aspecto que se nota nesta oração é a fome sincera da Palavra de Deus. Em outros tempos procurávamos outros livros e recitávamos fórmulas feitas. Agora, a Palavra de Deus chega a nós mais profundamente: recebida na pobreza, assimilada no silêncio, realizada em segredo na alegria da disponibilidade. A Palavra de Deus é acolhida intimamente “com a alegria que o Espírito Santo dá” (1 Tess 1,6), mesmo antes de se converter em ação. Insisto na necessidade destas três atitudes interiores para que a oração em torno da Palavra de Deus seja fecunda: a pobreza, o silêncio, a disponibilidade. Como Maria — a pobre, a contemplativa, a disponível — que “recebeu a Palavra de Deus e a realizou” (Lc 1,27). Exatamente por isso foi proclamada feliz.

Outro aspecto desta oração nova é a necessidade de compartilhar tal experiência com os outros, isto é, a necessidade de orarmos juntos, comunicando-nos as riquezas do

Espírito. Não se trata exclusivamente de certos grupos ou movimentos de oração — particularmente marcados por um desejo de renovação no Espírito — mas dessas experiências quotidianas de oração comunitária e espontânea, oração que parece ser hoje um convite premente do Senhor à interioridade contemplativa e à fraternidade evangélica.

Podemos inclusive assegurar que, quando uma comunidade ora ao Pai “em espírito e em verdade” (Jo 4,23), permanece inquebrantavelmente unida, apesar da dor inevitável de uma diversidade legítima também querida pelo Espírito de Deus. Neste sentido, podem conviver numa mesma comunidade — e deveriam fazê-lo — pessoas bem diferentes em idade, em formação e cultura, na diversa interiorização no Evangelho, nas Constituições e nos Capítulos, na constante manifestação do Senhor nos sinais dos tempos. Quando a oração é verdadeiramente profunda — como real comunhão com o Senhor e encontro sincero com os irmãos — os corações de todos necessariamente se pacificam, iluminam-se e unem-se. Neste sentido, a oração — quando é autêntica abertura ao Espírito da verdade e do amor — é particularmente infalível.

Há momentos na oração que têm de ser exclusivamente pessoais. Deus entra na zona mais profunda de nosso ser e aí fala coisas indizíveis — que não podem ser transmitidas imediatamente aos outros — e que deixam em nosso coração sabor de cruz, experiência inefável de gozo e certeza de esperança. Os outros se beneficiarão depois — ali mes-

mo, porém de outra maneira — deste tempo forte e exclusivo de total deserto no coração. “Levá-la-ei ao deserto e falarei ao seu coração” (Os 2,16). Penso que isto deve ter sucedido no coração padecente de Jesus no Getsêmani, quando ele sentiu a necessidade de ficar absolutamente só diante do Pai, embora com a proximidade espiritual dos três apóstolos prediletos. Depois de um êxito — ou quando sofria muitíssimo — Jesus sentia necessidade de ficar só. “Sozinho, retirou-se de novo para a montanha” (Jo 6,15). “Sua fama se estendia cada vez mais, e acorriam grandes multidões para escutá-lo e para serem curadas de suas enfermidades. Mas ele retirava-se para lugares desertos e aí orava” (Lc 5,15).

Há momentos de oração, porém, que precisam ser compartilhados com os outros. No interior de uma mesma comunidade religiosa — ou de um grupo na comunidade —, mas também com os demais membros do Povo de Deus (sacerdotes, outros religiosos, leigos). Cada vez se tornam mais fortes a aspiração e o pedido das pessoas — principalmente as mais simples do povo e os jovens — para rezarem com os religiosos. É por isso que elas se aproximam dos mosteiros contemplativos ou das diversas comunidades religiosas de vida ativa: porque sentem necessidade de rezar, querem aprender a rezar.

Acho que um dos compromissos mais urgentes dos religiosos hoje, com vistas à evangelização dos povos e à transformação evangélica da história, é o de ensinar os homens a rezar. Mas partindo da própria experiência de Deus.

Por isso, um dos testemunhos mais palpáveis que hoje se espera dos religiosos é que ofereçam homens e mulheres de oração e que apresentem comunidades verdadeiramente orantes.

Há outro aspecto na oração que eu gostaria de assinalar: é o da participação autêntica na Liturgia, celebração de uma Eucaristia verdadeira e fecunda, imolação e louvor na adoração. Tudo isto se exprime numa só frase: viver e celebrar a fundo o Mistério Pascal da morte e ressurreição de Jesus. Uma autêntica celebração da Eucaristia — não só dominical, mas quotidiana — aprofunda-nos nas raízes de nossa configuração com Cristo morto e ressuscitado, e de nossa feliz consagração religiosa. Voltamos ao centro de nossa espiritualidade litúrgica: a Eucaristia. Celebramo-la diariamente na Missa, prolongamo-la no “sacrificium laudis” que é a Liturgia das Horas (Laudes e Vésperas sobretudo), assimilamo-la e oferecemo-la nos momentos fortes e prolongados de adoração serena, fraterna, comprometida.

Existe ainda algo que eu querria dizer sobre a oração. É o sentido profundamente histórico de nossa contemplação. “Ninguém pense que os religiosos, por causa de sua consagração, se tornem estranhos aos homens ou inúteis à sociedade terrena” (L.G. 46). Se o silêncio fosse uma simples evasão dos problemas, se a oração fosse mera busca de comodidade pessoal ou de segurança definitiva, se a contemplação fosse uma simples abstração, “seríamos mais miseráveis do que todos os homens”, como diz São Paulo a propósito da esperança.

Queremos, porém, insistir na fecundidade eclesial de uma contemplação que não se desinteressa do problema dos homens, mas que promana precisamente de suas “alegrias e esperanças, de suas angústias e tristezas” (G.S. 1), e que tende a associar todos os homens ao mistério pascal, já que no coração de todos eles opera a graça de maneira invisível (G.S. 22).

Uma comunidade orante é uma comunidade fortemente comprometida. Mas com um compromisso sereno e evangélico: o de transfigurar o mundo e oferecê-lo a Deus mediante a infalível eficácia das bem-aventuranças evangélicas (G.S. 31). Só chegam ao fundo das coisas — ao interior dos problemas — as almas verdadeiramente contemplativas. Só elas sabem compreender e servir perfeitamente aos homens. Porque aprenderam a escutar primeiro a Deus. Por isso, o contemplativo é a pessoa mais realista e positiva: foi atingida pela realidade de Deus — sumamente amado e experimentado na cruz e no silêncio do deserto — e, agora, descobre-o constantemente nos homens que sofrem e esperam, que buscam e amam, que trabalham e morrem pelo advento do Reino e pela construção de um mundo, mais fraterno e mais humano, onde só reinem a verdade e a justiça, o amor e a paz, a santidade e a graça, a alegria e a esperança, que Jesus Cristo nos trouxe.

“Senhor, ensina-nos a rezar.” Parece-me que este é o grito mais forte das gerações jovens. Dirigido às comunidades religiosas, ele seria assim: “Queremos ver Jesus” (Jo 12,

21). Ou ainda: “Mostra-nos o Pai, e isto nos basta” (Jo 14,8). Dito de outra maneira, seria o seguinte: queremos perceber a fonte de vossa profecia, o segredo de vosso equilíbrio inalterável e de vossa alegria serena e contagiosa, a raiz de vossa generosa hospitalidade e de vosso incansável serviço aos irmãos. Num palavra, queremos saber por que sois assim: tão simples e audazes, tão próximos de nós e tão diferentes, tão marcados pela cruz e tão alegres, tão cheios de trabalhos e tão serenos, tão obedientes e tão livres, tão sós e tão capazes de amor universal, tão aparentemente longe do mundo e tão realistas.

É que a vida consagrada é uma experiência profunda de fé em um Deus que nos amou primeiro. É um

grito silencioso lançado ao mundo — sacudido pelo ódio e pela violência, porém sedento de paz e de unidade: — “Nós temos conhecido o amor que Deus tem a nós e acreditamos nele. Deus é Amor” (1 Jo 4,16).

Essa experiência tão profunda e tão feliz de um Deus Amor nós só a temos na medida em que nos abrimos silenciosamente à Palavra de Deus e à ação do Espírito, na medida em que temos a coragem de entrarmos sozinhos no deserto ou subirmos sozinhos a montanha e compartilharmos com os outros a solidão fecunda da contemplação. Isto significa: na medida em que formos homens e mestres de oração. Na medida, sobretudo, em que formarmos comunidades verdadeiramente orantes.

III. A FRATERNIDADE EVANGÉLICA

“Unidos num mesmo espírito, freqüentavam diariamente o Templo, partiam o pão em suas casas, e comiam juntos com alegria e simplicidade de coração” (At 2,46).

O testemunho de uma autêntica comunidade evangélica — nutrida pela Palavra de Deus e pela Eucaristia, harmonizada pelo Espírito na simplicidade e na alegria da caridade fraterna, constantemente impelida à missão e ao serviço — é uma manifestação bem palpável da presença do Senhor no mundo e um dos convites mais fortes à conversão, à fé e à comunhão pacificado-

ra entre os homens. Por isso, a existência de uma verdadeira comunidade religiosa — pequena ou grande — é sempre um meio privilegiado de evangelização e comunicação da graça.

Mas é preciso que a comunidade seja “verdadeira”. A primeira condição é a de que o Espírito Santo encha os corações e os reúna em nome do Senhor Jesus. Só assim eles constituirão uma verdadeira família de filhos de Deus.

Uma autêntica comunidade supõe corações fraternos. Não é a estrutura (pequena ou grande), nem a ex-

clusiva convivência física num mesmo lugar (seja um apartamento, uma casa ou um convento), o que forma e constitui uma verdadeira comunidade. Pode haver religiosos que vivam sempre sob o mesmo teto e que rezem materialmente juntos, e, apesar disto, não formem uma verdadeira comunidade. Talvez algum deles (e isto seria o mais triste) consiga mais facilmente formar comunidade com um grupo de pessoas de fora (sacerdotes, leigos ou outros religiosos), que se reúnem para rezar juntas ou realizar juntas uma mesma atividade pastoral. Há muitos religiosos que se perguntam: qual é minha verdadeira comunidade? E há muitas vocações que se perdem ou que se paralisam porque não sentem que sua comunidade seja verdadeira.

É preciso que o Senhor esteja presente. E isto exige uma profunda visão de fé — que nos ponha, a todos, numa busca comum da vontade de Deus e nos faça, a todos, humildes discípulos de sua Palavra — e uma generosa capacidade de dar a vida. Só quem aceita, com simplicidade e alegria, desaparecer e morrer, pode ser apto a formar uma comunidade autêntica.

Há um primeiro elemento humano — fundamentalmente cristão e evangélico — que é preciso ter em conta para a formação de uma verdadeira comunidade: é a sinceridade no amor (Rom 12,9). Quando não podemos ter certeza da lealdade dos outros, é impossível formar uma comunidade. Haverá sempre um clima de tensão, de controle e de desconfiança. E, num clima assim, é impossível a profundidade da ora-

ção, a alegria do trabalho e a generosidade da missão.

Uma comunidade verdadeira — além de corações simples e pobres, abertos e sinceros, generosos e fraternos — supõe uma profunda e quotidiana experiência de Deus na oração. Ou seja: a comunidade religiosa (como toda autêntica comunidade cristã) nasce, cresce e manifesta-se na oração: “Todos se reuniam assiduamente para escutar o ensinamento dos Apóstolos, e participavam da vida comum, da fração do pão e das orações” (At 2,42).

A comunidade supõe a oração. Se o Espírito não clama fortemente em nossos coração “Abba”, é impossível sentirmo-nos verdadeiramente irmãos. Uma oração verdadeira, porém, só ocorre no interior de uma comunidade verdadeira. “Se estiveres para apresentar a tua oferta ao altar e te lembrares de que o teu irmão tem alguma coisa contra ti, deixa tua oferenda diante do altar, e vai primeiro reconciliar-te com teu irmão; depois, volta e apresenta a tua oferta” (Mt 5,23-24).

Ambas as coisas — comunidade e oração — se entrecruzam e exigem-se mutuamente para seu crescimento. E é magnífico e infalivelmente eficaz o testemunho pascal de uma comunidade orante! Notamo-lo sem demora: não só quando rezam juntos, mas também quando um de seus membros fala de Deus e comunica a paz que possui no seu íntimo.

É que há um modo muito semelhante de penetrar na Palavra de Deus — embora conservando cada um a riqueza de sua personalidade

e de seu carisma — e um modo similar de assumir com alegria a cruz e oferecer seu fruto aos irmãos. Basta querê-lo. A autêntica configuração com o próprio Cristo da Páscoa — embora partindo de temperamentos diversos — cria um vínculo muito profundo de verdadeira fraternidade evangélica. Esta se expressa infalivelmente por um sinal inconfundível: a simplicidade e a alegria.

Deus é extraordinariamente simples. A complicação começa conosco. Se, de fato, vivermos em Deus — absolutamente enraizados em Deus — nós também seremos muito simples, alegres e serenos. Do contrário, viveremos sempre multiplicando problemas, criando um clima de tensão e desânimo, deixando escapar o essencial de Deus para nos prendermos ao provisório dos homens.

Formemos autênticas comunidades! Mas comunidades profundamente animadas pelo Espírito de Deus, atentas às exigências radicais de Cristo crucificado, e abertas às necessidades urgentes e fundamentais dos homens. Tudo para a glória do Pai!

Uma verdadeira comunidade religiosa — começando pela mais contemplativa — sente-se sempre comprometida com a história dos povos e a salvação integral de todos os homens. É um modo concreto e imediato de ser Igreja, “sacramento universal de salvação”. Por isso, toda comunidade verdadeira está sempre inserida — como toda autêntica comunidade eclesial — no interior da comunidade humana. Isto, porém, acontece exclusivamente por causa de sua dimensão evangélica e

de sua específica originalidade de consagrados.

Quanto mais profunda e urgente se torna esta inserção, mais urgente também é o chamado para uma autêntica profundidade contemplativa (longas horas de silêncio e oração, solidão e experiência de deserto), como ainda a comunhão fraterna dentro da comunidade religiosa. Sua abertura ao mundo — numa linha de missão e evangelização — dela exige uma espécie de clausura invisível, porém real, uma imediata separação dos outros para poder encontrá-los e assumi-los mais profundamente em Deus.

Uma autêntica comunidade religiosa — pequena ou grande, inserida num bairro marginalizado ou em pleno centro da cidade — terá que ser sempre um grito profético de esperança: anúncio explícito de Deus, chamado urgente à conversão, comunicação a todos da alegria do amor, da comunhão e do encontro.

Resta um último elemento — que me parece essencial — para a formação de uma verdadeira fraternidade evangélica: é necessário um princípio de comunhão e de animação. Podemos chamá-lo de superior ou responsável, mas ele é absolutamente indispensável. O superior (chamemo-lo assim, com os termos tradicionais) não é alguém que manda na comunidade ou dela se serve: é fundamentalmente alguém que tem capacidade para formá-la e animá-la. Sua autoridade é essencialmente um serviço de comunhão e de animação.

O êxito de um superior não consiste em ter uma comunidade dis-

ciplinada e sem problemas. Consiste, antes de mais nada, em oferecer uma verdadeira fraternidade evangélica onde todos — jovens e idosos, principiantes e perfeitos — buscam juntos a face do Senhor, onde o louvam comunitariamente e o comunicam aos outros na simplicidade e na alegria. Para isto, o Superior deverá ter uma extraordinária capacidade de amor, ser radicalmente pobre e, por isso mesmo, sereno e seguro só no Senhor, a fim de receber dos outros sugestões e de transmitir a todos a esperança. Num clima assim, não só é fácil, mas indispensável, a corresponsabilidade e a participação de todos, e um autêntico discernimento no Espírito.

Em síntese: uma verdadeira comunidade religiosa supõe uma forte invasão do Espírito Santo, uma jubilosa fidelidade à Palavra de Deus — feita acontecimento pascal na Eucaristia —, uma perfeita inserção na Igreja local, uma plena docilidade ao carisma do Fundador e uma presença salvadora no mundo dos mais necessitados. O modelo é sempre a primeira comunidade cristã: “Todos se reuniam assiduamente para escutar o ensinamento dos apóstolos, e participavam da vida comum, da fração do pão e das orações” (At 2,40). “A multidão dos crentes tinha um só coração e uma só alma” (At 4,32).

Uma comunidade assim não se improvisa. Supõe uma humilde docilidade ao Senhor, uma busca constante de sua vontade e uma enorme capacidade de morte. “Se o grão de trigo não cai na terra e não morre, fica sozinho, mas, quando morrer, então produz muito fruto” (Jo

12,24). Uma autêntica comunidade religiosa, simples e alegre, é sempre fruto da contínua morte de cada um e de uma constante infusão do Espírito Santo. É por isso que falamos de verdadeiras “comunidades pascais”: onde se experimentam a presença do Cristo morto e ressuscitado e a ação transformadora de seu Espírito. São comunidades que não nascem de simples coincidências de ideais (muito menos de uma coexistência imposta e obrigada), mas de um profundo amor a Jesus Cristo crucificado e de um autêntico desejo de servi-lo nos irmãos.

Somente assim teremos verdadeiras comunidades pascais, isto é, comunidades que dão permanente e claro testemunho da presença de Jesus Ressuscitado: porque são comunidades que rezam com profundidade, que se amam com sinceridade e que servem com alegria a todos, comunicando sempre a Boa Nova da salvação.

CONCLUSÃO

Para saber qual o testemunho de vida que hoje se espera dos religiosos é preciso perguntar à gente simples de nosso povo. Não se deve partir de esquemas impostos e pré-fabricadas. A gente simples possui um dom especial para captar o verdadeiro. Aqui, também, repete-se a palavra do Evangelho: “Eu te benzo, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e aos prudentes e as revelaste aos pequeninos. Sim, Pai, porque esta foi a tua vontade” (Lc 10,21).

A gente simples de nosso povo quer-nos **perto** de si (necessita de fato sentir-nos irmãos e amigos), mas quer-nos **diferentes**: tem necessidade de perceber Deus em nós e experimentar assim a possibilidade de uma paz, de uma alegria, de uma esperança, que anda procurando com dor há bastante tempo.

Por isso, quer-nos simples e pobres, homens e mulheres de oração, testemunhas do amor de Deus como membros de uma verdadeira fraternidade evangélica. A gente simples não sabe definir a pobreza, porém vive-a; não sabe definir a oração, porém aprecia-a; não sabe o que é a comunidade, porém, intui o que seja e agradece.

Há uma pessoa que viveu a fundo esses valores e que nos deixou o exemplo (porque era uma simples mulher do povo): é Maria, nossa Mãe. Viveu a pobreza e cantou agradecida o júbilo de sua pequenez

de serva (Lc 1,48). Foi profundamente contemplativa e soube guardar em seu coração as coisas de Deus, para saboreá-las a seu tempo (Lc 2,19). Soube formar, com José e o Menino, uma verdadeira comunidade de amor e de oração, de trabalho e de busca na fé, de dor e de esperança. Foi ela, sobretudo, quem na Anunciação, no Calvário e em Pentecostes, tornou possível — sempre esclarecida pelo poder do Espírito Santo — a presença de Jesus, o nascimento da Igreja e a comunhão inquebrantável dos homens entre si e com o Pai.

Eis por que colocamos tudo em seu Coração de Virgem pobre e contemplativa, serva do Senhor e Mãe de Deus e dos homens. Aí aprenderemos a ser verdadeiramente pobres, a rezar bem e a formar autênticas fraternidades evangélicas. Não é este o testemunho que se espera de nós?

O Superior, elemento essencial numa fraternidade

Um princípio necessário de comunhão e de animação é o Superior. É absolutamente indispensável. Não é alguém que manda na comunidade ou dela se serve. É fundamentalmente alguém que tem capacidade de formá-la e animá-la. Sua autoridade é essencialmente um serviço de comunhão e de animação. O êxito de um superior não consiste em ter uma comunidade disciplinada e sem problemas. Consiste, antes de mais nada, em oferecer um clima onde todos — jovens e idosos, principiantes e perfeitos — buscam juntos a face do Senhor e o louvam comunitariamente e O comunicam na simplicidade e na alegria.

Clima de tensão e de desânimo, ausência de Deus

Deus é extraordinariamente simples. A complicação começa conosco. Se vivermos em Deus, absolutamente enraizados Nele, seremos muito simples, alegres e serenos. Criar clima de tensão e desânimo, multiplicar problemas é deixar escapar o essencial de Deus e se prender ao provisório dos homens.

MENSAGEM BÍBLICA COMO RESPOSTA ÀS ANGÚSTIAS DE NOSSO TEMPO

As Escrituras nos falam da fé verdadeira como prática de amor; de Deus que é comunhão e libertação; do homem reduzido à condição de não-homem pelo pecado, mas chamado a ser livre e senhor do mundo, irmão de todos e filho de Deus; de Jesus Cristo, Filho eterno de Deus que se encarnou para fazer-nos homens livres e divinos; do Espírito Santo, da Igreja e, por fim, do mundo que está destinado à glorificação.

Frei Leonardo Boff, OFM

Petrópolis, RJ

Podemos dizer e colher muitíssimas coisas da Bíblia. A exegese e a teologia se fazem cada vez mais sofisticadas, a ponto de os próprios especialistas não encontrarem tempo para acompanhar as principais publicações que vêm a lume no mundo inteiro. Apesar de toda esta riqueza, devemos poder dizer em poucas palavras em que consiste o principal das Sagradas Escrituras.

1. A partir donde lemos a Sagrada Escritura?

Certamente este principal não é igual para todas as gerações. Pelo menos não é acentuado na mesma medida. Cada época tem seus problemas e lê e relê a sua maneira os velhos textos fundadores de nossa fé, isto é, o Antigo e o Novo Testamento. Qual é a mensagem prin-

cipal da Bíblia para nós hoje? Antes de responder a esta pergunta, precisamos esclarecer quem somos nós hoje. É importante deixar claro o lugar a partir donde nós olhamos os textos sagrados. Isso porque, atualmente, há não poucos cristãos que usam de textos bíblicos para legitimar opções que dividem e quebram a fraternidade entre os homens. Não são raros hoje aqueles que em nome de Deus perseguem, reprimem, torturam e matam. E também não é pequeno o número daqueles que por causa de Deus são perseguidos, silenciados e mortos. E aqui se levanta a angustiante pergunta: de que Deus se trata? Os que matam em nome de Deus possuem a sua leitura da Bíblia e também têm a sua aqueles que em nome de Deus denunciavam as injustiças e são mortos. Quem tem razão? É possí-

vel qualquer leitura da Bíblia? Ou há algumas leituras que serão sempre desautorizadas pelas próprias Sagradas Escrituras porque vão contra a sua intenção principal e fundamental? Qual é a perspectiva correta de se ler e interpretar os textos inspirados? As reflexões que faremos logo a seguir, tentarão responder a esta questão.

Mas antes de tudo queremos deixar claro a nossa situação a partir da qual lemos os textos sagrados. Sempre lemos com os olhos que temos. Que olhos temos nós? Sobre que tipo de textos nossos olhos repousam? Que frases nos chamam mais a atenção? Que mensagens sublinhamos com tinta vermelha? Damos mais importância a algumas perspectivas bíblicas porque elas respondem a problemas que nos afetam a nós hoje? Quais são nossas principais interrogações?

Não se trata aqui de elencar as interrogações de ordem pessoal. Cada um carrega o fardo de sua vida. Cada pessoa humana coloca perguntas existenciais que são só dela. É legítimo que a partir daí procure ouvir a Palavra de Deus, que interogue e se sinta interrogado. Aqui queremos identificar algumas preocupações básicas que o são para toda a comunidade de fé. Quais são os grandes problemas que a Igreja no Brasil, na A. Latina e no mundo atualmente enfrenta? Com estas preocupações na mente, tentaremos discernir o principal para nós hoje da mensagem das Sagradas Escrituras.

A Igreja universal conscientizou o fato angustiante das disparidades que existem entre as várias partes

do mundo: uns poucos países, ricos epulões, cercados de muitas nações, pobres lázaros, se debatendo na fome, na miséria e na marginalidade. O mundo em que vivemos não é de paz e de concórdia, mas de enfrentamentos, quebrando os laços da justiça em nível internacional. As conseqüências desta situação são desastrosas: alta taxa de iniquidade social, guerras, terrorismo, ameaça mundial de um conflito atômico no qual não haverá vencedores, mas só vencidos. Paz, justiça, concórdia, fraternidade são os grandes anelos de todos. Que nos dizem as Escrituras cristãs sobre tudo isso?

Na América Latina a conjuntura não é menos calamitosa. Num continente de tradição cristã e católica se verificam gritantes contradições: o povo reduzido à massa, sem poder participar na decisão dos destinos de suas nações, grandes maiorias pobres, ansiando por libertação, doenças endêmicas atribulando as famílias, analfabetismo, baixos ingressos e ausência de meios de participação. Estes são os índices reveladores de presença de pecado na sociedade. Como a fé bíblica ajuda o homem a recuperar sua dignidade perdida e roubada? Qual a imagem de Deus que nos apresentam as Sagradas Escrituras? É um Deus da resignação ou da libertação? É um Deus insensível aos gritos do Jó sofrido de hoje ou trata-se de um Deus que toma partido e tem o coração sensível à dor de seus filhos?

Tais interrogações que nascem das feridas de nossa existência social e política orientam nosso olhar na leitura dos textos sagrados. Discernimos alguns pontos importantes,

entre outros tantos, que mais falam para a nossa situação. As Escrituras nos falam da fé verdadeira como prática de amor; de Deus que é comunhão e libertação; do homem reduzido à condição de não-homem pelo pecado, mas chamado a ser livre senhor do mundo, irmão de todos e filho de Deus; de Jesus Cristo, Filho eterno de Deus que se encarnou em nossa situação de não-

homens para fazer-nos homens livres e divinos; do Espírito Santo que continua pelos séculos em fora a obra começada por Jesus Cristo; da Igreja que é a comunidade que se propõe viver o projeto de Jesus na força do Seu Espírito; e por fim do mundo que não está destinado à destruição mas à glorificação. Abordemos rapidamente cada um destes pontos.

2. A fé verdadeira é a que leva à prática libertadora

A fé primeiramente é um modo de existir e uma atitude fundamental. Viver na dimensão da fé, para a Bíblia, significa viver à luz da realidade totalizante de Deus. É considerar o mundo, a história, a vida humana a partir de Deus. A fé implica, portanto, um encontro com Deus como o supremo Sentido, como aquela realidade que conta absolutamente, que tudo acompanha e à qual nada escapa. Assim crer, inicialmente, quer dizer: confiar-se e entregar-se a Deus como a suprema Realização de nossa vida. O oposto à fé, neste sentido, não é a negação pura e simples de Deus, mas o medo. Aquele que crê em Deus nada teme, porque se sabe nas mãos daquele que tem a ciência de todos os caminhos e detém em suas mãos o sentido de todas as buscas. Esta atitude de entrega irrestrita a Deus abarca todas as dimensões da vida humana. Ela cria uma maneira de conduzir-se no mundo e funda uma interpretação típica da realidade. Para o homem de fé tudo é portador do desígnio de Deus; tudo é sacramento de sua presença; tudo está ligado e religado a Deus; por isso é relativo num du-

plo sentido: relativo porque está relacionado a Deus, relativo porque é derivado, não é o absoluto. O absoluto só pode ser Deus.

A fé, além de uma atitude fundamental de entrega a Deus, implica na aceitação do desígnio de Deus. Deus tem um projeto sobre o homem e o mundo. Acolhê-lo e dispor-se a realizá-lo é a tarefa da fé. Por isso não basta ter uma fé qualquer; não basta jogar-se nos braços de Deus. Cumpre ter a fé verdadeira. Qual é a fé verdadeira que atinge verdadeiramente Deus e não um ídolo qualquer ou uma projeção de nosso inconsciente em busca de segurança? Verdadeira é a fé que se mostra como prática realizadora de amor efetivo. Verdadeira é a fé que passa de uma atitude de entrega irrestrita a Deus a uma atitude de entrega aos irmãos como serviço, como solidariedade nas necessidades, como construção de relações fraternas e justas entre os homens. Verdadeira é a fé que liberta do egoísmo e das falsas seguranças, que liberta para a descoberta do outro e de suas necessidades. Só esta fé é

fé no Deus bíblico e no Deus de Nosso Senhor Jesus Cristo. Só esta fé constrói e está a serviço do projeto de Deus que é a gestação de um mundo reconciliado e justo, a instauração de seu Reino neste mundo e fazê-lo culminar no céu. E o Reino começa a se formar lá onde floresce amor, se instaura a justiça, se estabelece a fraternidade, se inau-

gura a comunhão e se fortalece a liberdade. Deus só é encontrado quando se vivem estes valores. Quem professa Deus e está longe da justiça, quem crê em Deus e não cria fraternidade, não professa nem crê no Deus verdadeiro, mas num ídolo. Qual é e como é o Deus verdadeiro testemunhado da primeira à última página da Escritura?

3. Deus que é comunhão e libertação

Para a experiência bíblica Deus é fundamentalmente o Santo. Santo quer dizer o Totalmente Outro, Aquele que habita numa luz inacessível e está para além de tudo o que podemos pensar e imaginar. Com este Deus não se brinca. Diante d'Ele o homem deve, como Moisés, tirar os sapatos, isto é, portar-se com sumo respeito, pois estamos diante do Absoluto. Várias são as passagens bíblicas nas quais se diz: ninguém pode se aproximar de Deus sem morrer! A Deus ninguém jamais viu. Ele é o Sublime, o Sacrossanto, o Misterioso, o Fundamento último de todo existir e viver.

Mas este Deus assim transcendente, não é um Deus impassível em face do drama dos homens. É um Deus que pode dizer: "Eu ouvi a opressão do meu povo no Egito bem como tenho ouvido o seu clamor por causa de seus opressores. Conheço, pois, a sua dor. Estou decidido a libertá-lo" (Ex 3,7-8). O Deus santo toma partido. Nem tudo vale para ele. Ele é um Deus que abomina toda a iniquidade (Jdt 5,22). Ele defende a justiça do oprimido; é arimo do órfão abandonado; protege o pobre contra a espoliação do po-

deroso; apresenta-se como a força dos fracos contra a prepotência dos soberanos. O Deus bíblico é um Deus ético. O culto que lhe agrada não são os sacrifícios, as longas orações, os muitos ritos, mas a misericórdia, a justiça e a retidão do coração. Ele odeia a mentira, a exploração do homem por outro homem. Seus servidores não são aqueles que lhe gritam Senhor, Senhor, mas aqueles que lhe obedecem e lhe fazem a vontade que é sempre buscar o justo, o reto e o fraterno. Ele é só luz. Só estão com Ele os que andam na luz, vale dizer os sinceros. Quem vive o amor, sabe que está com Deus porque Deus mesmo é amor e não se encontra fora do amor.

Deus, portanto, assume um compromisso com todos aqueles que são injustiçados e violentados em sua dignidade. Quem viola a imagem de Deus que é o homem, viola o protótipo, viola o próprio Deus. Ele não fica impassível frente aos crimes deste mundo. Exige conversão e restabelecimento da relação justa. Sem isso, o homem não entra no Reino nem gozará da felicidade divina.

Esse Deus santo que toma partido dentro da história em favor dos pequenos e fracos contra os poderosos e soberbos tem um projeto. Ele o vai realizando ao largo de toda a história. A maldade humana não o pode destruir nem fazê-lo desistir. Ele o realiza apesar e até mediante os fracassos humanos. Seu projeto é instaurar o seu Reino. O Reino significa a soberania de Deus sobre todas as coisas com o triunfo da verdade, da justiça, do amor e da concórdia entre os homens. Este Reino de Deus se constrói contra o Reino do homem decaído e enrijecido em seu fechamento, em sua vontade de dominação, de lucro e de egoísmo. O projeto de Deus se constrói num conflito irrefragável; trabalha-se nele mediante a conversão, o despojamento de todos os dinamismos que se recusam à comunhão com Deus e com os homens.

Apesar de se opôr a toda sorte de injustiça. Deus não deixa de amar a todos os seus filhos, especialmente os ingratos e maus. É o que São Lucas no capítulo 6, versículo 35, diz claramente. Ele anda sempre em busca dos homens. Não espera que a ovelha perdida volte sozinha. Ele vai atrás dela (Lc 15,4-7; Mt 18,12-14). É o Deus do filho pródigo, do publicano pecador que se arrepende (Lc 15, 11-32; Lc 18, 9-14), dos miseráveis, das rameiras, daqueles que se sentem perdidos diante de Deus. É o Deus da dracma perdida que se alegra quando é encontrada. Ele nunca deixa apagar a mecha que ainda fumeja nem despreza a cana quebrada. Compadece-se e a todos oferece chance de perdão e de salvação.

Por Jesus Cristo, o Deus bíblico se revelou como Pai de infinita bondade. A expressão Pai não é uma imagem elaborada pela linguagem humana. Ela quer exprimir a própria realidade de Deus como fonte criadora e geradora de todas as coisas. Ele as sustenta e conserva com força e amor como um Pai o fez. Chamando a Deus de Pai nos sentimos seus filhos, expressamos o fato de que Ele é uma superabundância que não se fecha sobre si mesma, mas se auto-doa em amor e comunhão. O Pai é Pai porque tem filhos. Jesus mostrou-se aos homens como o Filho unigênito do Pai. Nós descobrimos que somos filhos do Pai no Filho Jesus. Ao dizermos como Jesus Abba, Papaizinho, externamos a convicção que é fruto da experiência do próprio Jesus de que o Mistério que tudo pervade e sustenta não é uma Realidade aterradora, mas um derradeiro aconchego e um amor pessoal que nos aceita absolutamente.

O Deus de Jesus Cristo, reconhecido pela fé dos Apóstolos e aceito pela comunidade cristã, é Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo. O princípio último do mundo e da história não é um Ser solitário. É um Deus-família, um Deus comunhão. Eternamente e desde sempre Ele é um nexos de relações amorosas, um Mistério insondável — origem de tudo, sendo Ele mesmo sem origem, que se chama Pai. Este Pai sai de seu Mistério e se auto-comunica e se auto-revela e se chama Filho; Pai e Filho se amam mutuamente e se envolvem um no outro expressando o Espírito Santo que é a união do Pai e do Filho. Esta Trindade não ficou fechada nela mesma. Ela se

comunicou e fez da vida humana, seu templo. A Trindade habita o homem e sua história. Diviniza cada um.

4. O homem, imagem e filho de Deus

Todos os seres são criados por ordem divina; somente o homem surge por chamamento. Por ser chamado, o homem possui e, somente, ele, uma vocação. Ele é um ser dialogal, capaz de responder ao chamado de Deus. Eis a compreensão bíblica fundamental acerca do homem. Ele não é criatura como as demais. Ele é imagem e semelhança de Deus e é filho de Deus. Existe um parentesco entre ele e Deus. O homem é um da casa paterna de Deus. Na criação ele é constituído como o ser que existe entre Deus e o mundo. Frente ao mundo, funciona como o representante de Deus. Ele ganhou de Deus o mundo como herança. É a herança que o filho recebeu do Pai. Assim como Deus é criador, deve o homem mostrar-se também criador de todas as coisas boas que ele produzir por sua atividade no mundo. Assim como Deus é Senhor, assim deverá o homem fazer-se senhor de todas as realidades do mundo. Não foi chamado para ser escravo nem para escravizar, mas para se assenhorear e responsabilmente administrar, em nome de Deus, a criação. Ele não se faz senhor, esbulhando a terra, quebrando os equilíbrios ecológicos e desperdiçando as riquezas da natureza. Assim fazendo mostra-se um senhor irresponsável e um filho rebelde. É o que assistimos hoje em dimensões internacionais. O homem é chamado para ser um senhor responsável

Quem é o homem para ser assim objeto do amor de Deus? Como os autores bíblicos contemplam o homem à luz de Deus?

que sabe administrar o que recebeu em herança de Deus e que deve dar contas ao Senhor supremo.

Frente ao outro homem ele não é senhor mas irmão. Entre irmãos vigora igualdade e mútuo respeito. Deve haver serviços entre os homens e não estruturas de dominação. Toda discriminação, toda relação de senhor-escravo, de oprimido opressor significa um atentado contra a fraternidade. Assim por exemplo: A mulher não foi criada, para primeiramente ser a mulher do homem e a mãe de seus filhos. Para o Gênesis a mulher, num primeiro e fundamental sentido, é a companheira do homem, a alteridade do amor, da troca e do diálogo em igualdade de condições. Não foi tirada dos pés do homem para ser sua escrava, nem de cabeça para ser sua senhora, mas do lado para ser a sua companheira. Evidentemente não se faz aqui uma descrição de um fato histórico. Mas se utiliza uma metáfora para expressar a igualdade que deve vigorar entre homem e mulher.

Diante de Deus o homem é filho. A expressão filho não é a mesma coisa que criatura. Filho expressa muito mais que um nexos causal. Filho implica uma relação de reconhecimento do Pai, de obediência, de relação amorosa. Alguém é tanto mais filho quanto mais se relaciona, ama, acata e ouve a seu pai. Pelo

fato de o homem ser filho de Deus significa que ele pode invocar Deus, chamá-lo com o nome de infinita ternura, como Jesus o fazia, **Abba, papaizinho**, elevar-se acima de toda a criação e entreter um diálogo com o Absoluto. Aqui reside a grandeza sem limites do homem. Ele tem raízes terrenas, comunga com todos os seres o peso da matéria, guarda reminiscências de sua origem animal. Mas rompe com as ligações terrenas e pode alçar-se infinitamente, olhar para Deus e dizer-lhe carinhosamente, Meu Pai! E esta fala do homem para com Deus é ouvida. Deus olha para o homem e lhe diz: Meu Filho! Quando isto acontece, irrompe o evento da graça: Deus habita o homem e o homem habita Deus. Deus se humaniza e o homem se diviniza. Já começa a se inaugurar o Reino de Deus. Novos céus e nova terra despontam.

O homem não é apenas filho, irmão e senhor. O homem histórico, testemunho pelas Escrituras apresenta-se também como não-homem. Ele aparece também como filho rebelde, como escravizador dos outros e como escravo deste mundo. Porque ele pode abrir-se para Deus, pode também fechar-se. Pode ser aquele da grande resposta como pode ser aquele da grande recusa. Nele não há apenas história da salvação, mas também a história da perdição. Em sua liberdade, pecou, vale dizer, referiu um bem relativo ao bem absoluto ou absolutizou um bem relativo, colocou sua esperança última no mundo e não em Deus. A consequência deste projeto equivocado é a distorção de todas as relações nas quais se articula a vida: de filho

obediente se torna filho rebelde, de irmão serviçal se transforma em dominador, de senhor se faz dependente das coisas que ele mesmo criou. O pecado, portanto, não introduz apenas uma distorção na relação homem-Deus; afeta também todas as demais relações, especialmente aquelas axiais para com o próximo e para com o seu mundo e sua cultura. O homem que somos atualmente além de homens somos não-homens. Há um irmão-negro que mora dentro de nós, um contrapeso que carregamos e que dramatiza a nossa existência. Clamamos como Paulo: quem nos libertará deste corpo de morte? Suplicamos libertação do pecado como situação que polui e contamina a atmosfera de nossa existência, fazendo que haja, em consequência, divisões, ódios, guerras, explorações, iniquidades de toda sorte que humilham e apequenam a dignidade humana. Cria-se um mundo que Deus não quer. Surgem profetas que denunciam a maldade do homem e da sociedade. São perseguidos e crucificados pelos poderosos, organizados em seu projeto de dominação. Deus se apiada dos pequeninos, dos desprotegidos, pobres e últimos da terra. Toma partido deles. Neles tem uma presença toda especial a ponto de ser cada pobre um sacramento do próprio Deus.

Deus além de Pai é suplicado como Libertador e Salvador. Até quando, Senhor, até quando devemos esperar vossa intervenção libertadora que porá fim à situação sinistra e macabra deste mundo? Tais interrogações se encontram de ponta a ponta nos textos sagrados. É o coração humano que sintomiza com

o palpar do coração de Deus e implora a irrupção do Reino e clama pela vinda de Messias Libertador.

5. Jesus Cristo, o Deus libertador encarnado

E Deus ouviu a súplica de todos os séculos. O NT testemunha que no judeu Jesus de Nazaré Deus se fez como redentor e libertador totalmente presente, encarnado em nossa situação decaída.

a) Deus se encarnou totalmente no mundo

É a primeira e fundamental afirmação da fé cristã. Deus, o Mistério inefável cujo nome sacrossanto a boca pronuncia com reverência ou guarda um silêncio santo, este que ninguém jamais viu, foi visto, tocado, palpado pelos homens porque ele se aproximou da existência humana e se fez em tudo igual ao homem fraco e mortal, menos no pecado. É uma afirmação inaudita e beira ao escândalo para os espíritos piedosos e conscientes das implicações ontológicas desta afirmação. Deus sempre vem representado como o Totalmente Outro, o Santo o Inimaginável, o Mistério absoluto, numa palavra, o Transcendente. Este e não outro, dizemos, de joelhos, que se auto-doou totalmente ao mundo. Assumiu a existência concreta, desde o primeiro instante da concepção, num judeu de Galiléia, Jesus de Nazaré. Este, sendo homem verdadeiro, é também e simultaneamente Deus de fato. É o evento da encarnação como a subsistência real e verdadeira, num mesmo sujeito histórico, da natureza humana e di-

vina. Deus assumiu a alteridade humana sem destruí-la, diminuí-la ou de qualquer forma modificá-la. E esta humanidade real é tão sua, é tão perfeitamente apropriada que podemos dizer que é a **humanidade do próprio Deus**.

Esta penetração de Deus na vida humana possui um caráter **histórico**. Vale dizer assume, juntamente com a vida, as condições e conjunturas sócio-históricas que possibilitam e concretizam esta vida. Trata-se de um processo porque a vida humana encontra-se dentro de um processo. Ela não é dada totalmente num momento. Ela vai se realizando na sucessão dos momentos. Passa por processos que não são apenas explicitadores do que se encontra implícito na vida inicial. São criadores do **novum** ainda não experimentado. O homem também se constrói historicamente. Ele interioriza instituições, hábitos, conflitos sociais, a partir de um núcleo de capacidades que se vão acionando na medida das provocações e intimidações do real. A encarnação surge assim como um processo. Deus vai assumindo ao largo de sua passagem na história os distintos momentos desta história. Assim toda ela é tangenciada e penetrada. É feita história de Deus. Neste primeiro sentido a encarnação significa uma **afirmação do mundo e da história**. Deus deixa sua distância e se aproxima, com simpatia, como diziam os Padres, com amor que chega a identificar-se com o que ama.

Além da afirmação do mundo, a encarnação de Deus significa também um **protesto contra o mundo**. A encarnação é libertadora. Jesus

apresenta-se como portador e articulador de um projeto de libertação, o Reino de Deus este projeto anuncia e denuncia. Conflita com outros projetos concretizados na história que Ele encontra. Ele reivindica uma total libertação e não apenas de regiões da existência humana e do mundo. Não postula qualquer justiça (comutativa, etc.), não demanda qualquer tipo de amor e de relacionamento entre os homens. Não aceita qualquer tipo de fidelidade para com Deus. Apresenta um projeto próprio face ao poder. No conflito provocado com o status quer social e religioso do tempo, Jesus foi derrotado. Foi eliminado fisicamente, sendo crucificado na cruz. Sua morte é protesto contra este mundo que discriminava o pobre, o pequeno e o marginalizado que necessitavam da justiça; é negação de um mundo que se havia fechado em si mesmo com sua piedade, com sua dogmática, com sua imagem estabelecida de Deus; é recusa de consagração e legitimação de um mundo onde vigora mais equilíbrio de força e de interesses do que estruturas construtoras de humanidade, justiça e fraternidade. Sua morte é uma denúncia que há coisas inaceitáveis por Deus. Há valores e opções pelas quais devemos sacrificar a vida, para manter-se na fidelidade a Deus e aos homens.

A vida e a morte eram vida e morte de Deus. O crime humano contra o justo possui as características de deicídio. Trata-se da consumação derradeira da iniquidade humana. Não julgamos a subjetividade dos atores históricos. Julgamos objetividade contemplada a partir da própria fé que decifra no homem

Jesus a presença do Deus encarnado. Pelo assassinato de Jesus o pecado original, como história da recusa salvífica do homem, encontra sua forma extrema e cabal.

Pertence aos eventos da positividade cristã e de seu anúncio a proclamação da encarnação e da rejeição de Deus. A fé cristã professa a máxima afirmação do mundo por parte de Deus (veio para o que era seu... tanto Deus amou o mundo...) e também o máximo protesto de Deus sobre este mundo, sobre a forma concreta na qual o mundo se havia organizado. Afirma a criação (como obra sua para a qual vem), também em sua situação infra-lapsária, decadente (estigmatizada pelo pecado), mas também se recusa a legitimar a decadência, sua deturpação em função dos interesses humanos. Daí o significado da vida, de Jesus dos conflitos que provocou, das exigências que postulou, da morte que sofreu e da forma como a suportou. Pertence ao anúncio cristão também a recusa humana e a forma de denúncia que a positividade cristã pronuncia contra a realidade deste mundo.

b) Deus permanece para sempre no mundo

Encarnado uma vez no mundo, Deus jamais deixou o mundo. A ressurreição marca a presença definitiva de Deus dentro da história. A ressurreição, mais que um milagre, mais que a vitória da vida sobre a morte, representa a presença do termo feliz da criação antecipado dentro da velha criação. O peso principal da ressurreição reside na

decifração do sentido de nossa esperança. Ou ela permanece defraudada ou ela se realiza. Trata-se da legitimidade última da imaginação e da utopia.

A ressurreição marca a presença definitiva de Deus encarnado no mundo como o Sentido último do mundo. Este sentido se manifesta em duas direções que a própria existência humana demanda: uma direção de ordem biológica e outra de ordem social. Uma da ordem da infra-estrutura da vida e outra da infra-estrutura da vida humana enquanto humana, social.

Com referência à vida a pergunta que se lança: que destino tem a vida? Nascemos para morrer? A verificação empírica diz que a vida nasce para morrer. A morte é um ponto final. Contra esta constatação protestam a imaginação, o desejo e o utópico. O homem sonha e quer a imortalidade. Não encontra para isso, nem dentro da ordem da natureza nem dentro da ordem da história, alguma verificação. A ressurreição vem responder: o homem nasce para morrer. Mas morre para ressuscitar. A ressurreição demarca o triunfo da vida, num nível superior e pleno. O superior inclui o inferior. Por isso é triunfo da **vida** humana, agora totalmente realizada, em sua identidade de vida, no quadro final em Deus.

A outra questão emerge da vida em sua vertebração no social. Aí se realiza ou se frustra o sentido. Aí se configuram os conflitos mais profundos da existência. É neste nível que o homem faz a experiência das relações humanas justas ou injustas,

discricionárias ou mais equitativas. A história, geralmente, é feita por aqueles que detêm o ter, o poder e o saber. Os derrotados, os vencidos, os grandes porções dominadas não fazem história como memória a ser conservada. Neste contexto se levanta a questão: que sentido possui a vida daqueles que morreram por uma causa justa? Que futuro possui aquele que sucumbiu na defesa dos direitos inalienáveis da vida, da justiça? Que valor deve ser conferido àquele que se sacrificou em função de outros e nesse sacrifício foi rejeitado e esquecido na história? Aqui se joga com o sentido que conferimos à história. Ela possui somente sentido pelo desenho feito pelos arquivistas?

A ressurreição vem dizer: o humilhado e rejeitado tem futuro porque foi num destes que Deus realizou a ressurreição. A ressurreição somente possui um sentido pleno no transfundo da insurreição. Há uma reconciliação da vida social rompida, porque Deus tomou partido dos humilhados e ofendidos e mostrou que seu absurdo não é absoluto. Por eles passa o futuro do mundo, porque foi um rejeitado e crucificado que Deus realizou o fato decisivo de toda a história: o triunfo da vida e o triunfo da causa justa defendida com o sacrifício da própria vida.

Estas duas direções da ressurreição respondem às duas direções que o conflito da vida plantea. A utopia do homem é verdadeira. O sonho da imaginação se realiza. Pode-se sonhar com um mundo reconciliado porque ele é possível não somente no nível do onírico e imaginário, mas também no nível his-

tórico. Jesus ressuscitado é a concretização desta busca. Por isso pertence à positividade cristã.

Pela ressurreição se perpetua a presença de Jesus no mundo. Assume não somente um mundo concreto, o seu, ao tempo de sua ir-

rupção na carne, a cultura judaica, mas também a totalidade do mundo. Agora como ressuscitado está presente e penetra toda a existência e toda a realidade da criação. A fé testemunha esta presença. Celebra-a. Cria a gramática de sua atualização.

6. O Espírito Santo, permanência da encarnação de Deus no mundo

Esta presença do ressuscitado no mundo é entendida pela fé como a presença do Espírito Santo. Ele foi enviado como o Filho e com o Filho. Ele possui uma missão histórico-salvífica. Ele não assumiu uma natureza humana como o Verbo, mas assumiu pessoas humanas de tal sorte que constitui uma pessoa em muitas pessoas (uma mística persona). Sua encarnação não se dá no individual de uma natureza, mas no coletivo da sociedade pessoal. Assim como o Verbo assumiu a natureza humana, de forma análoga o E. Santo assumiu os agraciados e unidos ao Verbo.

Sua missão é guardar nos homens a memória de Jesus (ele vos recordará tudo o que vos tenho dito: Jo 14,26; ele tomará do meu e vo-lo dará a conhecer: Jo 16,15). O fato escatológico da vida, morte e ressurreição de Jesus não será jamais um fato que possa se esvaziar. Possui um valor eterno de reconciliação e de união homem-Deus. Atualizar sempre o valor perene da libertação de Jesus, fazer que ela informe as mentalidades dos homens, que transforme as estruturas de convivência na direção cada vez mais forte da justiça, da fraternidade, do amor, constituir grupos que vivam intensamente o projeto de Jesus: eis a missão específica que compete ao Espírito Santo.

7. A Igreja, comunidade libertadora e sacramento do Espírito Santo

A humanidade toda foi abraçada pelo gesto libertador de Jesus. Toda a criação é penetrada pelo Espírito de Jesus. A Igreja é a comunidade dos fiéis que se reúnem na consciência desta verdade. Ela se reúne para celebrar e sinalizar a redenção de Deus presente no mundo. Por isso que dizemos ser a Igreja o sacramento da salvação universal. A salvação não está só na Igreja. Nem o ressuscitado e o Espírito Santo

agem somente nela. Tanto a salvação quanto o Ressuscitado e o Espírito estão no mundo. Mas somente na Igreja eles se tornam palpáveis, sensíveis e identificáveis pelos homens. A Igreja é, na linguagem paulina, o corpo de Cristo ressuscitado e um organismo vivificado pelo Espírito Santo. Mas ela é corpo e um organismo vivo na medida em que se vive da causa de Cristo e se realiza o projeto de Jesus na força

do Espírito Santo. Por isso a comunidade dos fiéis tem de ser o lugar do amor, da compreensão, do perdão, da fraternidade, do ser novo. Sempre que imperarem discórdias, lutas de poder, enfrentamento de uns contra outros aí se empana o sinal e Jesus é marginalizado e o Espírito entristecido. A Igreja não absorve em si todo o mistério de Cristo nem é o único campo de

atuação do Espírito. Eles agem por todos os lados e atingem, secretamente, o coração de cada homem que vem a este mundo. O cristão é aquele que sabe desta confortadora verdade universal. Sinaliza-a para que todos possam se sentir perto de Deus e ver que o Pai ama a todos no seu Filho presente no mundo mediante o vigor do Espírito que nos ajuda a aceitar o dom do Pai.

8. O mundo destinado a ser o corpo de Deus

As Escrituras não falam só do homem e de Deus e do jogo de relações entre eles. Têm também uma palavra sobre o destino do mundo, infra-humano. Elas não o vêem simplesmente como matéria ou vida que termina na dissolução. O mundo também tem futuro porque ele sempre é objeto do amor de Deus. A quem Deus ama, não poderá desaparecer para sempre. O mundo é criatura boa de Deus. Dizer que é criatura significa: em cada momento ele é sustentado e mantido na existência pelo amor divino. O mundo carrega em si os traços de Deus. É também um grande sacramento revelador da SS. Trindade. Sê-lo-á em plenitude quando irromper a nova geração de todas as coisas, enfim libertas de toda imperfeição. Os textos bíblicos geralmente fazem representar o fim do mundo dentro da imaginação apocalíptica: os céus se abalarão, as estrelas cairão e produzir-se-á um cataclismo cósmico. Face a isto devemos dizer: trata-se não de uma descrição do que ainda irá acontecer, mas de uma linguagem e de figuras que querem realçar a novidade da ação de Deus. Quando Ele vier e intronizar o novo céu e a

nova terra, tudo o que é forte, seguro (como o céu, as estrelas, o sol, o mar, etc.) não resistirá e subsistirá. O sentido não é sinistro: é glorioso; como diz S. Pedro (2Ped 3,13): "Nós, de acordo com a promessa, esperamos um novo céu e uma nova terra em que tem sua morada a justiça".

Aqui está o segredo: no mundo novo de Deus florirão a justiça, o amor, e todas as coisas boas. O velho terá definitivamente passado. Então seremos felizes com todas as criaturas na grande casa do Pai.

Conclusão

Como se depreende de nossas reflexões: a mensagem central das Escrituras não coloca em seu centro o pecado e o perdão, mas o amor superabundante de Deus. Esperança, alegria de viver, jovialidade, graciosidade são as características da presença de Deus no meio da história. As angústias de nosso tempo e a paixão de nosso povo que partilhemos não nos devem empanar o bri-

lho que se irradia da revelação de Deus, testemunhada e contida nas Escrituras Sagradas. Elas não nos apresentam apenas uma esperança; não nos fazem somente apelos. Convidam-nos a imitar Deus e a seguir Jesus Cristo como maneiras de já

agora vivermos felizes e antecipar o advento do Reino de Deus. Enquanto isso não ocorrer cremos e esperamos, esperamos e agradecemos, agradecemos e amamos a ressurreição da carne, a vida eterna. Amém.

ENCONTRO MISSIONÁRIO DE SUPERIORES MAIORES

De 20 a 22 de junho de 1978, reuniram-se em Embu, São Paulo, os Superiores Maiores e membros de Conselhos Provinciais das Ordens e Congregações missionárias, masculinas e femininas, convocados pelo COMINA (Conselho Missionário Nacional), um organismo da CNBB, com estes objetivos:

1. Trocar idéias em torno do conceito de missão hoje, na América Latina e engajamento dos Institutos missionários na Igreja local. 2. Trocar experiências entre os diversos Institutos missionários tendo em vista um possível entrosamento e atuação conjunta de institutos com objetivos afins. 3. Reflexão sobre a realidade missionária brasileira.

Missão hoje abrange a presença, o trabalho, a atividade:

- ◆ Nas periferias das grandes cidades.
- ◆ Nas regiões missionárias carentes.
- ◆ Nos países onde o evangelho ainda não foi anunciado.
- ◆ Com os pobres e marginalizados.
- ◆ Com as elites afastadas da Igreja.
- ◆ Com grupos cristãos onde a Igreja não está suficientemente estabelecida.
- ◆ Com grupos étnicos minoritários: nipo-brasileiros, orientais, etc.
- ◆ Com os indígenas, etc.

O tema **Realidade Missionária no Brasil** foi focado em três momentos sucessivos: a identidade missionária, a formação missionária, a animação missionária. Cada Instituto presente ao Encontro expôs a situação atual da formação missionária em suas várias etapas na própria Congregação. Acentuou-se a necessidade de formação missionária específica, segundo a capacidade de compreensão dos diversos grupos. Ressaltou-se a importância de se planejar estágios de conteúdo missionário, durante o período de formação. Exige-se boa seleção de candidatos. Não se impressionar, portanto, com o número, a quantidade. A indigenização missionária foi apontada como uma prioridade. Importância fundamental na formação missionária, ocupa a pessoa do formador. Há dificuldade de se encontrar pessoas que se disponham a se preparar para esta função.

Como linhas de ação concreta, o plenário do Encontro decidiu: **a)** O COMINA, como organismo da CNBB, se incumba da articulação dos conselhos provinciais dos Institutos missionários. **b)** Esta articulação vise concretamente uma colaboração entre os Institutos, nos setores de formação inicial, permanente e de animação missionária.

Resultado e fruto deste Encontro foi o Curso de Formação Missionária para noviços e noviças e junioristas, das Ordens e Congregações missionárias, realizado em São Paulo, de 10 a 16 de julho de 1978.

OS JESUÍTAS E A QUESTÃO RELIGIOSA

A forte hostilidade contra a Companhia de Jesus se estendeu a todo o movimento de reforma católica implantado no Brasil pelo Episcopado. O período de implantação da reforma católica se caracterizou também por forte espírito polêmico contra as idéias liberais e republicanas e o crescente prestígio da maçonaria.

Riolando Azzi

Rio de Janeiro, RJ

Presentes no Brasil desde os primórdios da colonização, e considerados pela Coroa como os missionários para a evangelização da nova terra, os jesuítas foram expulsos do Brasil em 1759.

Durante o segundo Reinado os jesuítas voltaram a se estabelecer paulatinamente no Brasil, tendo se instalado inicialmente no Rio Grande do Sul em 1842. Passaram depois para Santa Catarina, onde estabeleceram um modesto colégio, visitado pelo imperador em 1845. Posteriormente foram para Itu, na província de São Paulo, em 1865. Pouco depois, alguns jesuítas vindos de

Roma se estabeleceram em Pernambuco. E já no fim do Império, em 1886, os jesuítas se instalaram em Nova Friburgo, província do Rio de Janeiro (1).

A presença dos jesuítas nunca foi hostilizada pelo governo, embora não houvesse nenhum decreto que revogasse a ordem pombalina de expulsão. Não obstante, durante toda a época imperial perdurou um clima de animosidade contra os jesuítas e contra os novos institutos religiosos que se haviam fixado no Brasil, mormente com relação aos Padres da Missão e às Filhas da Caridade. Os novos institutos eram acusados de terem inspiração jesuítica, e até de constituírem novas formas religiosas adotadas pela mesma Companhia de Jesus. Daí uma verdadeira campanha contra o chamado "jesuitismo".

Este estudo do Prof. Riolando Azzi foi elaborado sob a orientação do Prof. Américo Jacobina Lacombe.

É necessário ter presente esse contexto para que se possa entender bem os atritos com relação à presença dos jesuítas no Nordeste na época da questão religiosa. Este estudo será dividido em três partes. Na primeira analisaremos o clima

anti-jesuítico dominante; na segunda, o movimento do quebra-quilo e a expulsão dos jesuítas; na terceira, a defesa da Companhia de Jesus, feita por D. Vital M. de Oliveira, bispo de Pernambuco.

I. A CAMPANHA ANTI-JESUÍTICA

A hostilidade da época pombalina contra a Companhia de Jesus perdurou durante todo o século passado. Com freqüência nessa oposição aos jesuítas uniam-se maçons, liberais e republicanos. É na década de 1870 a 1880 que predomina a mentalidade anti-jesuítica.

Eis um exemplo típico. Durante o início da questão religiosa, D. Pedro II quis ouvir a opinião do Conselho de Estado Pleno, reunido a 3 de junho de 1873. Os relatórios da Consulta eram de parecer que se desse provimento ao recurso interposto pelas Irmandades contra o bispo de Pernambuco. Ao discutir esse parecer, afirmava Sousa Franco:

“Se a influência jesuítica dominar, e tiver o Brasil a infelicidade de ser governado por vontade que não seja a da Nação, declaro que preferirei renunciar a todos os meus cargos públicos” (2).

A maçonaria foi a organização que mais se mobilizou nessa campanha anti-jesuítica.

Quando chegou a notícia da suspensão dos interditos das irmandades, o jornal **Liberal do Pará** afirmava:

“O jesuitismo cedeu tarde, bem tarde, mas enfim cedeu! A vitória da maçonaria que é vitória da justiça, é completa e esplêndida. Glória, pois, aos filhos da viúva!”

E no **Diário do Grão Pará** se anunciava:

“Os jesuítas saíram fulminados pelas mãos do Chefe da Cristandade; é mesmo melhor assim, do que se fosse pela mão do povo ferido em seus direitos. Salve, trabalhadores infatigáveis! A maçonaria está plenamente justificada, e nada tem em si contra o divino Mestre! Salve, maçons!” (3).

Eco dessa mentalidade anti-jesuítica reinante em outras nações é a carta do escritor português José da Silva Mendes Leal a D. Pedro II, datada de 14 de março de 1874, em que denuncia uma conspiração geral dos jesuítas para a derrubada das monarquias liberais.

“Necessita-se efetivamente, escreve ele, esse prévio desmoroamento universal para restabelecer o absolutismo pela mão da teocracia: em realidade, um absolutismo servo, que se tornaria, ressurgindo assim, a espada apenas — o instrumento dócil ou a pronta vítima — daquela

teocracia invasora e insaciável. E esta se faria a onipotente, porque o seu cetro, não já seria a Fé mas a superstição; porque o seu tribunal seria a Inquisição, tribunal tremendo de povos e de reis; porque o seu verdadeiro exército seria a plebe, essencialmente ferina e essencialmente idólatra, a quem não duvidaria sevar e contentar, dando-lhe em pasto os distritos e os ricos. Oh! A Companhia — e bem o tem provado — não quer intermediários na influência. Os que têm, os que sabem, são seus inconciliáveis antagonistas. Se não lhe aceitam o jogo cegamente, acham-na implacável inimiga. Contra essas resistências, se sublevam as ondas, se mina o terreno, se desencadeiam os elementos. É indispensável um geral cataclismo que nivela arrasando ou sovertendo. Este, é, a meu ver, o plano gigantesco e tenebroso” (4).

Em geral, os jesuítas são acusados de serem os propagadores e defensores do ultramontanismo. Eles seriam o veículo da influência clerical, visando dominar o poder monárquico.

A campanha anti-jesuítica conta nos anos 70 com a presença de prestigiados intelectuais brasileiros, como Cristiano Ottoni, Francisco Cunha, Saldanha Marinho e Rui Barbosa.

As Memórias de Cristiano B. Ottoni

Cristiano Benedito Ottoni, como seu irmão Teófilo Ottoni, foi destacado político na época imperial. Nascido em Minas Gerais em 1811, foi catedrático da Escola Naval de

1844 a 1855. Vigoroso parlamentar liberal, defendeu a liberdade de cultos. Foi o autor do **Manifesto à Província de Minas Gerais**, redigido em 1878. Foi deputado provincial no Rio de Janeiro, deputado geral por Minas Gerais em diversas legislaturas e senador pelo Espírito Santo (1880-1889).

Escrevendo em junho de 1875 suas Memórias, C. Ottoni fazia as seguintes apreciações sobre a questão religiosa:

“Presentemente, observo na educação dada pelo catolicismo romano, funesta exageração de ascetismo e de fanatismo. E como o que hoje mais alimenta estas tendências é a luta dos bispos ultramontanos com o poder temporal, direi as minhas impressões sobre o grave incidente. Primeiro a questão em si como creio bem compreendê-la. O atual papa Pio IX é um homem hábil e ambicioso...

“Em falta da influência e preponderância que lhe daria em toda a Europa o trono e os exércitos da Itália, apoiando o seu poder espiritual, já por si considerável, projectou ampliar o seu domínio sobre as almas dos católicos, contando arrastar outras nações a intervir a seu favor contra o rei **usurpador** (rei do Piemonte). Ligou-se aos Jesuítas, cuidou de educar o clero pelos seus seminários, as sociedades por meio das congregações docentes, preparando a todos para uma obediência cega aos bispos, que fundariam a sua dominação universal”.

Os jesuítas, na mente do autor, eram os maiores promotores do po-

der pontifício, e progressivamente tentavam ampliar no mundo o poder espiritual em detrimento do poder civil constitucional, e das liberdades individuais.

E o mesmo autor acrescenta:

“Os jesuítas, poderosos com a sua aliança com a Cúria Romana, e **pela importância que a eles, jesuítas, dão quase todos os governos, em quanto lhes servem de instrumento,** têm conquistado grande preponderância em todos os países católicos; dedicam-se especialmente a preparar a mocidade para estender o domínio deles, jesuítas, às gerações seguintes.

“Com sofismas metafísicos, com exaltações de ascetismo, com exagerações relativas à existência além da morte, viciam as inteligências que conseguem dominar. O coitado a quem inspiram confiança de ordinário perde a virilidade, a iniciativa, quase a dignidade do homem, não procura distinguir-se nem é susceptível de ambições nobres, porque o **que importa é salvar a alma;** desprende-se dos amores da família, que são relações mundanas, só pensando **nos seus interesses imortais;** obedece cegamente ao padre porque é **enviado de Deus.** E o fanatismo que assim desenvolvem produz más conseqüências mais extensas do que as de qualquer propaganda de ateísmo” (5).

O domínio espiritual dos jesuítas é portanto considerado pelo autor como o maior responsável pelo fanatismo religioso.

Na realidade, o termo “fanatismo religioso” utilizado por diversos autores liberais serve para designar a

reforma católica que estava sendo introduzida no Brasil, dentro dos moldes tridentinos, colocando em ênfase a conversão individual e a necessidade da freqüência aos sacramentos.

As missões populares e os exercícios espirituais, tendo como lema “Salva a tua alma” foram os dois principais instrumentos para a implantação da reforma entre o povo (6).

Os artigos de Francisco Cunha

Nascido em Porto Alegre em 1833, Francisco Xavier da Cunha era jornalista e defensor da idéia republicana durante a época imperial. Com a proclamação da República, foi nomeado ministro em Roma. Em 1814 publicou sua obra **Reminiscências na Imprensa e na Diplomacia: 1870-1910.**

Numa série de artigos publicados a partir de 1870 Cunha denuncia a infiltração do jesuitismo no Brasil. Num artigo intitulado **Jesuítas,** afirma:

“A Suíça emendou a sua Constituição, vedando naquele país o estabelecimento dos jesuítas e associações filiais. Nós importamos todos os dias essa praga, que há tão longos anos infesta o mundo e renasce, como a parasita, sob as plantas da civilização. As nossas colônias alemãs lutam com esse terrível obstáculo do seu progresso, e não pouca parte lhe cabe na estagnação que tem tido a corrente imigratória.

“Nós, sábios e prudentes monarquistas, vamos importando o que os povos mais cultos botam fora, como

inútil e pernicioso. E não é só importarmos essa maleza para o nosso organismo já tão depauperado, entregamos-lhe a diocese, as paróquias, a instrução, a tribuna pública, a educação de nossos filhos, a influência sobre nossas mulheres e sobre nós mesmos, se somos débeis ou ignorantes.

“Há poucos dias chegaram dois jesuítas espanhóis e foram logo promovidos em freguesias. Procedemos, sob o beatífico regime do excelso Pedro II, como um proprietário inábil e imprevidente que edifica hoje para destruir mais tarde” (7).

O autor portanto, acusa a monarquia de acobertar a presença dos jesuítas no Brasil. Na realidade, a província do Rio Grande do Sul tornou-se efetivamente durante a época imperial o local de maior concentração dos jesuítas, com o apoio do bispo reformador D. Sebastião Dias Laranjeira.

Em outro artigo, ainda referindo-se ao Rio Grande do Sul, Francisco Cunha acrescenta:

“O púlpito católico nesta província, ocupado de ordinário por sacerdotes estrangeiros, por jesuítas importados de Roma, ou por padres brasileiros educados na capital católica e influenciados por essa nefasta associação de especuladores religiosos, esforça-se por implantar o fanatismo, por combater a civilização, semeando ódios e rancores contra a ciência, contra as conquistas da razão, contra os adeptos de outras ciências” (8).

Segundo o autor, a Companhia de Jesus representa a grande força que

quer implantar o fanatismo religioso no Brasil. Há portanto, analogia entre o pensamento de Francisco Cunha e o de Cristiano Ottoni. Em outro artigo Cunha afirma que, para melhor estabelecer seu poderio espiritual, os jesuítas procuravam dominar a infância e o sexo feminino, como soldados ardorosos a serviço das monarquias decadentes.

“O instinto de conservação da monarquia lhe fez ver que a disciplina católica era um excelente auxiliar da opressão, e que para combater o progresso da ciência e do direito, era preciso combater a razão e a consciência. Ora, quando se trata de combater estas mais nobres faculdades do ser humano, não se recorre ao canhão e à baioneta. Há uma única arma para esse fim: é a educação da infância e a fanatização da mulher. Há um único soldado capaz de manejá-la: é o jesuíta. O jesuíta, pois, tornou-se um elemento de governo para as decrepitas e corrompidas monarquias católicas da Europa” (9).

Merece especial destaque um artigo dedicado especialmente à presença da Companhia de Jesus no Brasil: **Os Jesuítas no Brasil**. Escreve Francisco Cunha:

“A reação católica que se fez sentir na Europa depois dos acontecimentos políticos de 1848 não podia deixar de estender a sua influência sobre os povos americanos de sua comunhão. Começaram os jesuítas a invadir o Brasil. Primeiramente vieram-nos os seus missionários, espécie de gastadores, mandados à descoberta e à exploração do terreno. Bem pouco puderam fa-

zer, limitados ao público, ao confessional, aos misteres do altar. Sua propaganda necessitava de mais amplos meios e sobretudo de mais eficaz coadjuvação. . .

“Com a sagacidade de que tão funestas provas tem dado, compreendeu a Companhia de Jesus, que o seu trabalho seria perdido, ou quando menos, lento e embaraçoso, uma vez que o governo das dioceses não caísse em suas mãos. . . Preparou-se pacientemente para alcançar o seu fim. . . A Companhia de Jesus atraiu aos seminários de Roma o maior número que lhe foi possível angariar de jovens brasileiros destinados ao sacerdócio, com o fim aparente de instruir-se na ciência teológica com a maior perfeição, mas com a intenção de preparar instrumentos para o seu domínio.

“Pouco a pouco vieram chegando os jovens sacerdotes educados em Roma. Foram-lhes entregues as paróquias que vagavam e os mais salientes pelo talento, pela energia, pela ambição, ou pela família, procurou-se circundar de ruidosa nomeada para colocá-lo em evidência” (10).

Na realidade, embora discutíveis em sua interpretação, os fatos apresentados por F. Cunha são significativos.

Ele demonstra ter pleno conhecimento da implantação do movimento de reforma católica no Brasil e de sua força progressiva mediante a formação do jovem clero através dos estudos feitos nos seminários europeus. Grande parte dos bispos reformadores, foram de fato, escolhidos entre os que haviam frequen-

tado os cursos teológicos na Itália e na França.

Na realidade, os jesuítas são colaboradores importantes do movimento de reforma católica no Brasil, mas a direção cabe indiscutivelmente ao episcopado brasileiro. Em artigos sucessivos, F. Cunha denuncia também uma possível aliança entre os jesuítas e a monarquia, no reinado de D. Pedro II (11).

A obra de Joaquim Saldanha Marinho

Outro adversário violento dos jesuítas foi Joaquim Saldanha Marinho. Nascido em Pernambuco em 1816, Saldanha Marinho destacou-se como jornalista e político. Foi deputado provincial e geral, e presidente das províncias de Minas Gerais e São Paulo. Era republicano e Grão Mestre da maçonaria, tendo destacada atuação na questão religiosa. Nessa oportunidade redigiu uma série de artigos sob o pseudônimo de Ganganelli. Essa coletânea de artigos foi publicada em 1873 numa obra em 4 volumes intitulada **A Igreja e o Estado**.

No prefácio de sua obra, **O Brasil mistificado na questão religiosa** o Padre Jerônimo de Monte Carmelo assim se refere aos artigos de Saldanha Marinho:

“Antes, porém, de encetarmos o nosso penoso trabalho seja-nos permitido dirigir um voto de agradecimento ao muito ilustrado e patriótico cidadão, que sob o pseudônimo de Ganganelli, tem demonstrado à luz meridiana o que são os chamados **católicos do sílabo**; para onde

pretendem levar-nos **os jesuítas de roupeta ou veste curta**, que ousam erguer-se em auxílio dos inimigos de nossas liberdades” (12).

Eis alguns tópicos de Saldanha Marinho a respeito do jesuitismo:

“Para onde vamos? Se o governo espera vencer o jesuitismo pela inércia, engana-se. Essa associação, mais **política do que religiosa**, pretende dominar o mundo. Emprega para isso os maiores esforços; não poupa a astúcia e começa por implantar a desordem na família. Acoroça a superstição, para formar um exército de fanáticos; constituído o qual — ai! dos reis e dos governos que imprevidentes os toleram.

“Os padres mais hábeis na arte de enganar e de seduzir estão disseminados já neste país, e alguns deles, investidos de altas dignidades da Igreja. Como em França, eles apareceram humildes; e lisongeando o chefe da nação, pediram **apenas encarregar-se do ensino público!** Era o primeiro degrau para a ascensão ao aspirado poder. E o governo (dizemos com pesar) consentiu nisto, sem previdência, sem cálculo, e esquecido da história tenebrosa dessa confraria infernal!

“Os jesuítas, longe de serem sinceramente católicos, procuram instrumentos cegos, nos reis, nos papas, nos governos e nos homens de estado, para realizar o seu intento nefando. Essa seita, diz notável escritor contemporâneo, nasceu para destruir e não para edificar” (13).

Como se vê, Saldanha Marinho repete os jargões comuns sobre o propósito de dominação mundial da

Companhia de Jesus, e se fundamenta nas lendas sobre os projetos diabólicos dos jesuítas. Eis outra passagem da obra:

“Os jesuítas serão desmascarados. E cumpre ter em vista que sob esta denominação compreendemos a todos quantos, soldados de Roma e seus escravos, formam o exército ultramontano. Enquanto o fanatismo e a perfídia chamam a postos os padres e seculares romanos, a razão, a justiça e a liberdade de consciência falam ao mundo civilizado” (14).

O jesuitismo se identifica assim com o ultramontanismo, e esse evidentemente com o movimento dos bispos reformadores do século passado. Uma das características do movimento reformador fora acentuar a necessidade da vida sacramental, dando ênfase à confissão e à comunhão.

Enquanto os homens se mantiveram em geral mais fiéis aos padrões do catolicismo tradicional, de influência lusitana, onde predominava o aspecto social, as mulheres aderiram mais facilmente à reforma católica, passando a uma participação mais efetiva da vida sacramental.

Com Francisco Cunha, também Saldanha Marinho observa esse aspecto, dando-lhe sua própria interpretação.

“É no confissionário que os jesuítas e ultramontanos encontram o principal elemento do seu poder: a mulher. É a primeira e principal vítima desse artifício fraudulento. Mães de família, senhoras honestas,

filhas inocentes e puras, acautelai-vos todas contra os lobos de sotaina, contra as roupetas imorais e sedentas de ouro e de poder, que de vós pretendem fazer o seu mais rigoroso instrumento, para a realização de seus planos tenebrosos!

“Eles vos acariciam, e traiçoeiros, vos falam em nome de Deus para melhor iludir-vos! Eles vos aterrorizam com a ameaça de horríveis penas eternas, para conseguir de vós o que não deveis, o que não podeis fazer. Esses abutres da consciência têm estudado a índole da mulher, compreendem quanto poder ela tem no seio da família, e abusando do caráter sagrado que sem cessar malbaratam, empenham-se em iludi-la, prometendo-lhe o reino do céu em prêmio de sua perdição, e acenando-lhe com o inferno se ousar permanecer digna e fiel e resistir ao sofisma torpe, com que pretendem arrastá-la a seus fins” (15).

Os termos jesuitismo e ultramontanismo são portanto equivalentes na pena de Ganganelli. Trata-se sempre do movimento para fortalecer o poder papal e romano, e os jesuítas são tidos como os principais agentes dessa missão.

Os discursos de Rui Barbosa

Também Rui Barbosa, na primeira fase de sua carreira de periodista, escritor e orador, fora adversário ferrenho dos jesuítas. Nascido na Bahia em 1849, Rui destacou-se como jurisconsulto, jornalista e político brasileiro. Formado em Direito em 1870, distinguiu-se logo na luta pela abolição da escravatura.

Em 1878 filiou-se ao partido liberal, sendo eleito deputado geral no ano seguinte. Em 1889 recusou qualquer pasta no último ministério do Império organizado pelo visconde de Ouro Preto. Durante o regime republicano, ocupou cargos de relevo na política. Rui Barbosa traduziu para o português a obra **O Papa e o Concílio**, de Doellinger.

No prefácio, escrito a 20 de abril de 1877, ele afirma a respeito desse livro:

“A Europa olhou-o como o manifesto do catolicismo liberal; governos desse continente houve que o fizeram traduzir, outros que o distribuíram gratuitamente entre o clero; todos os idiomas cultos, salvo talvez unicamente o português, vernacularizaram-no; e o jesuitismo pôs a preço a sua refutação” (16).

Em suas obras, escreve Frei Schmidt, Rui Barbosa pede a proibição das associações religiosas “porque estão filiadas com essa carbonária do jesuitismo, porque por seu ensino envenenam a mocidade com a mística, e porque tem fins clandestinos. O jesuitismo tudo anima com a sutil embriaguez das devoções místicas” (17).

A 27 de julho de 1880 num discurso pronunciado na Câmara dos deputados sobre a secularização dos cemitérios, Rui ataca frontalmente os jesuítas nos seguintes termos:

“Não apreciarei agora a ominosa influência do jesuitismo no cultivo das inteligências e dos corações juvenis, nem a imoralidade de sua ação, pelo exemplo e pela doutrina das sociedades que o seu trabalho

de gusano vai lenta, mas poderosa, certa e irreparavelmente minando. Limitar-me-ei a defini-lo em dois traços.

“O seu ensino **científico** é a proscrição de toda verdade pedagógica, de todo o programa e método essenciais à ciência; é um viveiro de retóricos e sofistas; bons acróbatas mentais, eis o que lhes serve: fé no silogismo e agilidade nos exercícios estéreis da forma...

“Pelo que toca aos costumes, basta recordar a tentativa da Ordem, representada por um dos mais famosos membros do episcopado francês, no concílio Vaticano, para infamar a moral cristã mediante uma reforma destinada a facilitar a missão dos confessores, prostituindo o casamento com a legitimação de uma torpeza que o pudor não consente designar aqui, ainda velada sob o seu nome teológico...

“É por essa arte de explorar as degradações e fraquezas humanas, utilizadas, a **bem da maior glória de Deus**, que o jesuitismo invade,

e chega a dominar todos os sentimentos e todas as esferas sociais, apoderando-se especialmente da família, por meio da mulher, para a qual criou a sutil embriaguez das devoções místicas, ruína no coração, ruína do espírito, ruína da paz interior, da moralidade conjugal e da autoridade paterna”.

Este último trecho lembra evidentemente lugares comuns, já encontrados em Francisco Cunha e Saldanha Marinho. É nessa mesma tônica que Rui acrescenta:

“O mais formidável teatro das missões jesuíticas, escrevia eu há anos é a família. Aqui como em toda a parte, essa influência se está diariamente sentindo. A mulher e a criança vão-lhe caindo nas mãos, com tanto mais facilidade quanto neste, como, por via de regra, em todos os países do culto romano, o sacerdócio doméstico do pai de família falece absolutamente... Ensinada num colégio de orago ultramontano, a filha traz consigo o mesmo desdém, a mesma repugnância, o mesmo medo à família” (18).

II. A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS

Se havia no Brasil um espírito generalizado de hostilidade para com a Companhia de Jesus, no Nordeste essas manifestações contra o “jesuitismo foram sempre mais intensas. Tanto as Filhas da Caridade como os Padres da Missão sofreram vexações, acusados de serem emissários dos jesuítas (19). E os próprios jesuítas, desde a chegada a Pernambuco em 1866, nunca fo-

ram vistos com bons olhos. Em 1869, durante o episcopado de D. Cardoso Aires, houve uma verdadeira perseguição contra eles (20).

Essas hostilidades culminaram durante a questão religiosa. O pretexto foi o movimento quebra-qui-los. A esse respeito, escreve José Honório Rodrigues:

“Quando surgiu o movimento quebra-quilos no Nordeste, em 1874, o visconde do Rio Branco via na sedição a inspiração jesuítica e expulsava todos os jesuítas estrangeiros do Império, como se vê nas cartas que escreveu a D. Pedro II. O movimento não se cingiu ao Nordeste, especialmente Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, mas surgira também em Santa Catarina, donde se retiraram tropas para abafar o movimento no Nordeste” (21).

Na realidade, não foram expulsos todos os jesuítas estrangeiros do Brasil, mas apenas oito que trabalhavam no Nordeste e dois que estavam em Santa Catarina.

O movimento quebra-quilo

O quebra-quilo foi um movimento que se difundiu pelo Nordeste nos anos 1874-75, em protesto contra a lei que prescrevia a mudança de pesos e medidas. Iniciado na Paraíba e Pernambuco, o movimento chegou até o Rio Grande do Norte. Em sua História do Rio Grande do Norte, Luís da Câmara Cascudo assim descreve o movimento:

“De fins de 1874 a meados de 1875 houve na província motins de protestos contra a adoção do sistema métrico decimal. A Lei nº 1.157 de 26-2-1862 foi mandada pôr realmente em execução a partir de 1 de julho de 1873. Por todo o Nordeste surgiu um movimento de oposição, gritos, demonstrações hostis, indo os mais exaltados apoderar-se das novas medidas e destruí-las, opondo-se ao pagamento de impostos e nalguns pontos, não no Rio

Grande do Norte, houve incêndio nos arquivos das Câmaras municipais, cartórios e coletorias de rendas. Esse movimento ficou sendo denominado quebra-quilo. Os amotinados aproveitavam as feiras semanais para distúrbios e alaridos, arrebatando os pesos e medidas e jogando-os no fundo dos poços, quebrando-os. Foram enviadas forças militares que conseguiram, sem esforço maior, a pacificação pública” (22).

A notícia do movimento chegava à corte a 25 de novembro de 1874. Em bilhete endereçado ao imperador nessa mesma data, o visconde do Rio Branco escrevia:

“Senhor: Parece que um pressentimento me fez não assistir a toda a conferência. Vim achar telegramas dos presidentes de Pernambuco e da Bahia. Apareceu um movimento sedicioso na Paraíba. A capital era ameaçada por mil sediciosos que vinham de Campina Grande e Ingá. Em Pernambuco apareceu agitação do mesmo caráter em Bom Jardim” (23).

A 17 de dezembro o visconde dava notícias mais pormenorizadas a D. Pedro II:

“...O movimento sedicioso manifesta-se no sul (Noroeste). Em Caruaru, Bezerros e Bonito, quiseram, digo, quebraram os pesos e medidas, e queimaram os arquivos das coletorias e câmaras municipais. Não havia ali senão 9 praças de guarda às cadeias (em cada localidade). Mando forças. Os liberais puseram-se à frente dos desordeiros no Bonito. Tem-se feito algumas prisões. No Bom Jardim o chefe

foi um alferes reformado (liberal), e este já está preso” (24).

Às vésperas do natal, praticamente o movimento já estava todo dominado, conforme carta do chefe do gabinete datada de 23 de dezembro.

“Senhor: As notícias ontem recebidas são satisfatórias. Do Rio Grande do Norte sabe-se que manifestou-se o movimento em alguns estados do Sul, mas sem maior gravidade. . . O presidente tinha providenciado e mostrava-se sereno.

“Da Paraíba sabe-se que tinham desaparecido todos os grupos, e que as forças iam, sem efusão de sangue, tranquilizando o interior. O chefe de polícia preparava elementos para punição dos cabeças e averiguação dos fatos. De Pernambuco não há novidade. Receiava-se alguma coisa na feira de Natal, mas a força de linha e da polícia andavam quase toda pelo interior, e três destacamentos volantes se auxiliavam reciprocamente” (25).

E a 31 de dezembro de 1874, o visconde ainda comunicava:

“Recebi ontem o telegrama junto. As três primeiras províncias ficavam tranqüilas, mas a ressaca tinha chegado às Alagoas, onde espero se extinga prontamente. . .” (26).

O quebra-quilo e a Questão Religiosa

Tudo parece indicar que o movimento quebra-quilo era uma manifestação social de descontentamento popular, diante das novas determinações do governo mudando o sistema de pesos e medidas. É evidente

que esta mudança servira também de estopim para protesto contra uma situação econômica insatisfatória que se prolongava na região. Por sua vez, em alguns lugares os liberais aproveitaram a situação para apoiar o povo contra os conservadores que estavam à frente do governo.

Mas o movimento assumiu também uma coloração religiosa, por ser concomitante com o desenrolar-se da Questão Religiosa. Em 1874 o governo havia condenado os bispos do Pernambuco e do Pará, respectivamente D. Vital de Oliveira e D. A. de Macedo Costa, por se terem negado a obedecer às ordens do governo relativas à suspensão dos interditos lançados contra as Irmandades religiosas que conservavam entre seus membros elementos filiados à maçonaria.

Naturalmente o clero da região, fiel à linha tridentina do episcopado, informara à população sobre o processo e prisão dos bispos, manifestando desagrado com essa atitude do governo. Deste modo, não era difícil que o povo unisse suas reivindicações de ordem social e econômica a protestos de caráter religioso.

Já desde as primeiras notícias que chegam à corte, o movimento contra os novos pesos e medidas se apresenta vinculado de certo modo à questão religiosa. No bilhete de 25 de novembro de 1874 o visconde do Rio Branco declarava a respeito do movimento:

“O pretexto é o recrutamento, os novos pesos e medidas e a questão religiosa. Já convoquei os Srs. Mi-

nistros da Justiça e da Guerra e da Marinha, para conferenciarmos e preparar os elementos de força que devem ser enviados sem demora... Isto mostrará à Santa Sé e aos bispos a sua imprudência” (27).

Em bilhete do dia seguinte, o Visconde confirma que também a Questão Religiosa é apresentada como um dos pretextos da agitação:

“Senhor: A carta junta do Sr. Ministro da Guerra e o telegrama do Presidente de Pernambuco dizem o que há de novo. Essa chamada conflagração deve ser a presença de grupos dos agitadores naqueles lugares imediatos, onde não encontraram força. O grito — morra aos maçons — mostra que é a Questão Religiosa”.

E em seguida acrescenta:

“Como os homens gritam contra os maçons, conquanto a minha consciência e minha previsão me digam que o ministério pode vencer as dificuldades, e que não convém ceder em tais circunstâncias, todavia, eu deixo esta questão à iniciativa de Vossa Majestade Imperial, se eu não for adiante do pensamento que os sucessos possam trazer ao esclarecido e imparcial juízo de Vossa Majestade Imperial” (28).

Não se deve olvidar que o visconde de Rio Branco, chefe do gabinete, era grão-mestre da maçonaria. O visconde insiste em diminuir o aspecto social do movimento, e a atribuir-lhe uma conotação especificamente religiosa. Mas esse argumento parece não convencer muito a D. Pedro II, que exige melhores esclarecimentos. A 28 de dezembro,

em novo bilhete ao Imperador, o visconde do Rio Branco declara:

“Eu não perguntei pelo telégrafo ao Presidente de Pernambuco quais as causas atribuídas à sedição, porque ele disse o que lhe constava, e ao certo nem o Presidente da Paraíba talvez o saiba a esta hora...”

E acrescenta:

“Para mim é evidente que a causa principal é o manejo dos ultramontanos. O mais serve para excitar os que não compreendam a Questão Religiosa ou para acender-lhes a dedicação... Entretanto, como Vossa Majestade Imperial deseja que se pergunte o que consta, vou dirigir telegrama nesse sentido” (29).

A 29 de novembro o visconde comunica ao Imperador:

“O Presidente responde às perguntas que lhe fiz sobre o estado das coisas, e as causas e chefes ou influentes do movimento. Custa-me crer que em Pernambuco os sediciosos não falem também na Questão Religiosa” (30).

Como se vê, até fim de novembro somente na Paraíba havia sido verificada certa vinculação entre o movimento quebra-quilo e a questão religiosa. No relatório do Império de 1894 se lê:

“Alguns mal intencionados, abusando do povo incauto dos sertões, e tomando por pretexto as questões religiosas, e as leis gerais e provinciais sobre recrutamento, impostos e novos pesos e medidas, conseguiram levantar, em diversos pontos das províncias do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Ala-

goas, um certo número de sediciosos, com os quais atentaram contra a ordem pública; esta porém, dadas as convenientes providências, foi em breve restabelecida, tendo sido reprimidos os desordeiros” (31).

Participação dos jesuítas no quebra-quilo

A resposta do Presidente Lucena, de Pernambuco, não fora satisfatória para o chefe do gabinete imperial. Era necessário que efetivamente se identificasse a causa religiosa como a principal força propulsora do movimento. Finalmente Lucena entrou dentro do ponto de vista do visconde do Rio Branco.

A partir de dezembro, a tônica da correspondência do visconde muda. Enfim, tinham sido encontrados os desejados mentores intelectuais da agitação: os jesuítas. Da corte, a 3 de dezembro, ele escreve ao Imperador:

“Senhor: Recebi hoje à tarde os dois telegramas junto, do Presidente de Pernambuco. Procurei entender-me com o Sr. Ministro da Justiça e o parecer dele é o que se lê na sua resposta. Refiro-me ao caso dos Jesuítas, que são indicados como agentes ou motores do movimento sedicioso” (32).

E já no dia seguinte o visconde acena ao imperador sobre a necessidade de expulsão dos jesuítas:

“Creio que a retirada dos Padres Jesuítas será indispensável” (33).

A 5 de dezembro de 1874, o jornal do Rio, **A Nação**, publicava o seguinte telegrama do correspondente local:

“Recife, 4 de dezembro. Os Padres Jesuítas comprometidos são todos estrangeiros. Alguns deles estão pelo interior desta e da província da Paraíba do Norte... A sedição que está em campo, segundo me informa pessoa que viu os documentos, é obra deles.

“A princípio tiveram o pensamento de fazê-la aparecer por meio do Dr. Ibiapina, que para isso foi chamado a S. Lourenço, mas esse pensamento foi abandonado, porque o Dr. Ibiapina não pode comparecer e porque reconheceu-se que ele com os seus 70 anos e enfermidades não seria para outras missões diferentes do que se ocupa — pregar no sertão. Informaram-me que há cartas importantes do bispo D. Vital sobre os padres...” (34).

Em carta de 11 de dezembro, o Visconde volta a insistir na culpabilidade dos padres:

“... A tal demonstração de pesos e medidas fez-se sistematicamente nos lugares do interior onde não há força nem população importante. Esses fatos parecem descobrir e dedo dos jesuítas. O Sr. João Alfredo trouxe correspondência do presidente de Pernambuco, que refere a busca dada na casa dos padres” (35).

Os jesuítas tinham entre suas atividades principais no nordeste a pregação de missões populares entre o povo. Como os movimentos de agitação se iniciaram no interior, era fácil responsabilizá-los pelo fato. A 15 de dezembro o visconde comunica ao Imperador que o ministério aprovara a deportação dos jesuítas do nordeste, embora ainda não hou-

vesse provas efetivas de sua culpabilidade.

O 25º Gabinete estava então composto pelos seguintes ministros: Presidente do Conselho: visconde do Rio Branco; Império: João Alfredo Correia de Oliveira, deputado; Justiça: Manuel Antônio Duarte de Azevedo, deputado; Estrangeiros: Visconde de Caravelas, senador e conselheiro do Estado; Fazenda: Visconde do Rio Branco; Marinha: Joaquim Ribeiro da Luz, senador; Guerra: João José de Oliveira Junqueira, deputado; Agricultura: José Fernandes da Costa Pereira Junior, deputado (36).

Eis a carta do chefe do gabinete:

“Pareceu-me, como ao Sr. Ministro da Justiça, que há indícios veementes, mas não prova suficiente da culpabilidade dos Padres Jesuítas. Discutida hoje a deportação destes, opinaram pela afirmativa os Srs. Ministros da Império, dos Negócios Estrangeiros, da Marinha e da Agricultura. O Sr. Duarte aderiu à minha opinião, e também o Sr. Junqueira, indo este mais longe no seu escrúpulo.

“Em poucas palavras, direi a Vossa Majestade o meu parecer. Ou os Padres são cabeças da sedição, o que deve saber-se, e pelos meios judiciais, ou não. No primeiro caso, tratando-se de instaurar processo, fora dificultar o conhecimento da verdade e subtraí-los à ação da lei penal. Com que direito então puniríamos a outros, entre os quais o Padre Ibiapina, que talvez se reconheça ser culpado? No 2º caso não sendo eles pronunciados, por falta de provas, poder-se-á então usar

daquele meio, pela fundada presunção ou certeza de que eles auxiliam a resistência dos Bispos e são, portanto, estrangeiros perigosos.

“A minha questão é de oportunidade. Agora não se pode alegar perigo iminente, porque o movimento vai sendo sufocado. O Sr. Junqueira não vota pela deposição (*sic*) sem prova cabal da culpabilidade dos acusados. Tratou-se de convocação extraordinária. Todos auguram mal do resultado, mas atentas as instâncias de Vossa Majestade, conveio-se na convocação para 15 de março. O ato não deve ser publicado senão no 1º de janeiro, prevenindo-se entretanto os Presidentes e alguns amigos do Gabinete. Esse intervalo é de prudência para ter certeza do êxito das providências tomadas contra os sediciosos.

“No próximo Despacho teria a honra de apresentar a Vossa Majestade essas duas soluções. Assentou-se em preparar algumas providências relativas à Questão Religiosa, para que o Governo não seja tomado de improviso pelos acontecimentos ou exigências parlamentares” (36).

Como se pode entrever, o visconde procurava vencer as resistências do imperador a medidas drásticas e extra-judiciais, apresentando o movimento quebra-quilo como uma simples ampliação da questão religiosa, e exigindo a expulsão dos jesuítas, por sua conhecida posição na defesa dos bispos prisioneiros. A essas alturas dos acontecimentos, também o Presidente de Pernambuco Barão de Lucena exigia a expulsão dos jesuítas. A 17 de dezembro o visconde comunicava ao Imperador:

“À noite recebi o telegrama junto, sobre o qual conferenciarei hoje à noite com os meus colegas. Espero que se resolverá a deportação dos jesuítas, visto que continua o movimento, e o Presidente insiste por essa providência” (37).

Na reunião do Gabinete de 17 de dezembro foi decidida a deportação dos jesuítas estrangeiros do nordeste. No dia seguinte o visconde do Rio Branco escrevia ao Imperador:

“Quanto aos jesuítas estrangeiros, resolvemos em conferência de ontem à noite que saiam de Pernambuco e da Paraíba para fora do Império, no primeiro paquete que seguir para a Europa” (38).

A ordem de deportação foi comunicada em seguida ao Presidente de Pernambuco, conforme noticiava o **Jornal do Comércio** do Rio de Janeiro em data de 21 de dezembro de 1874:

“Pernambuco, 20 de dezembro. Chegou ordem do governo para deportar os padres estrangeiros pertencentes à Congregação de Jesus, que, pelos documentos apreendidos e outras provas, se mostraram implicados nos tumultos desta província e da Paraíba”.

No dia seguinte, o **Diário Oficial** do Rio informava:

“Convindo descobrir a origem de tais movimentos, atribuídos em grande parte aos jesuítas, e havendo denúncia de que na casa habitada pelo jesuíta capelão do colégio de Santa Dorotéia, se faziam reuniões noturnas por modo misterioso, deliberou o chefe da polícia de Pernam-

buco dar busca na dita casa, na do vigário de São Lourenço da Mata, onde residem outros jesuítas, e na do governador do bispado. Foram apreendidas várias cartas, das quais se infere que os jesuítas não são estranhos aos movimentos sediciosos, e têm tomado parte direta no conflito episcopal” (39).

A ordem de deportação

Tendo o apoio do governo federal, coube ao governo da província simplesmente impor aos padres jesuítas a sanção já decidida pelo gabinete Rio Branco. A portaria de deportação é datada de 21 de dezembro de 1874 e apresenta nove razões principais para a expulsão dos jesuítas. Essas razões são precedidas por trechos selecionados de cartas encontradas na residência dos jesuítas.

Eis os motivos:

1º) “Considerando que dos trechos citados, interrogatórios e outros documentos aqui não especificados se verifica que os padres jesuítas nesta província, esquecendo-se do bom acolhimento que receberam desde o primeiro dia em que a ela aportaram, têm-se desviado da linha de proceder que o seu sagrado ministério e a sua qualidade de estrangeiros lhes prescrevem, perturbando a paz e harmonia que sempre reinaram entre a Igreja e o Estado, e violando as santas leis de hospitalidade, que deviam ser os primeiros a manter e respeitar.

2º) “Considerando que foram os ditos padres jesuítas os que promoveram o atual conflito religioso, que

todo o bom católico deve sinceramente lamentar, publicando no periódico **Esperança**, e depois **União**, de que são assíduos colaboradores, artigos contra as leis do Estado, leis antiquíssimas sempre acatadas pelos virtuosos prelados que tem governado esta diocese, e no entanto por eles sempre atacadas e qualificadas como usurpações das prerrogativas e imunidades da Santa Sé.

3º) “Considerando que para animarem uma tal propaganda, que começou a ter lugar com o seu estabelecimento no Brasil, não escrupulizaram em abusar da prodigiosa influência de que gozam em Roma, para obterem, como obtiveram, cartas pontifícias louvando aos redatores do citado jornal **União**, que pela sua linguagem virulenta e acrimoniosa, imprópria de uma folha religiosa, se tem convertido em verdadeira pedra de escândalo.

4º) “Considerando que está mais que provado a sua interferência na atual Questão Religiosa, na qual tem tomado parte ativa, como se depreende dos documentos citados e confessa um deles no interrogatório a que ultimamente respondeu (embora houvessem negado a princípio, quando tiveram lugar os acontecimentos de 14 de maio próximo passado), levando o seu desrespeito ao ponto de declarar ao Dr. Chefe de polícia, em audiência, que com cinco tostões haviam conseguido mais, quanto à Questão Religiosa, do que o governo imperial enviando plenipotenciários e despendendo centenas de contos de réis.

5º) “Considerando que eles, padres jesuítas, não se têm limitado a

aconselhar e animar o atual bispo em sua rebeldia aos poderes da nação, mas ao contrário, têm levado a sua intervenção na referida questão ao ponto de enviar emissários a Roma, que não conseguiram ilaquear a boa-fé do venerando Pontífice, adulterando os fatos e apresentando o chefe de Estado e seus ministros como mações e inimigos da religião católica, ao passo que o Bispo é por eles julgado um mártir da fé, um campeão denodado da Igreja e um ótimo pastor.

6º) “Considerando que tais conceitos têm sido, por mais de uma vez manifestados do púlpito a pessoas simples e ignorantes, expondo destarte os agentes do governo ao ódio e à execração das turbas fanáticas.

7º) “Considerando que os sobreditos padres jesuítas se não constituído nesta diocese, o centro de todo o poder eclesiástico, a ponto de manterem correspondência com grande número de párocos e clérigos que lhes prestam cega obediência, e de serem encarregados pelo próprio bispo de aconselhar e animar os governadores e autoridades eclesiásticas na luta que, diz ele, vai recrudescer.

8º) “Considerando que é público e notório e depreende-se da leitura dos documentos citados sob os nº 8 a 11 que os mencionados padres jesuítas conceberam o plano de um movimento sedicioso, que devia ser dirigido pelo padre Ibiapina a quem se insinuou que, sob o pretexto de vir buscar uma imagem em São Lourenço da Mata, devia arrastar após si o povo do sertão, o que não se

levou a efeito, ou porque o padre Ibiapina não se quisesse prestar a isso, ou porque, como mandou dizer o jesuíta padre Onorati, aquele sacerdote, com os seus 70 anos e enfermidades era agora mais próprio para cuidar do governo de suas vinte casas do que de outras missões.

9º) “Considerando — finalmente que a permanência dos padres jesuítas nesta Província é perigosa ao sossego e à tranquilidade pública, e prejudicial aos interesses católicos” (40).

A esses considerandos seguia-se a ordem de deportação. Em carta de 23 de dezembro ao imperador, o visconde voltava à tecla da culpabilidade dos jesuítas:

“Junto os telegramas ontem recebidos. Está evidente que o plano é jesuítico, com algum auxílio de políticos desabusados”.

E acrescentava:

“Como a repressão toma cada vez mais rigor, e alguns vão sendo esgarmentados, brevemente veremos, espero eu, essa comoção sufocada” (41).

Às vésperas do Natal de 1874 os jesuítas já estavam sendo localizados para a expulsão, conforme comunica o visconde do Rio Branco:

“Dois jesuítas já estavam à bordo da **Vital de Oliveira**. Ontem eram esperados mais dois que andavam pelo Jaboatão e outro ponto. Só restariam em Pernambuco mais 2, que andavam pelo Caruaru ou Lei, a 110 léguas da capital. Estas notícias constam de telegramas que juntarei aqui. . . O Lucena refere-se ao aviso

que lhe dei de ter o **Jornal do Comércio** publicado a ordem contra os jesuítas” (42).

A notícia da expulsão ecoava também na imprensa. A 29 de dezembro o jornal **A Nação** publicava a seguinte notícia proveniente do correspondente do Recife:

“A medida tomada pelo governo geral, em fazer sair para fora do país homens tão perigosos e de cujas doutrinas quatro províncias foram vítimas, derramando-se sangue, é apenas uma medida de segurança, afim de evitar-se que eles sejam vítimas da indignação popular” (43).

A 31 de dezembro o visconde do Rio Branco comunica ao Imperador:

“Li os ofícios ontem recebidos, papel por papel. Minha convicção é que os impostos e pesos foram pretextos habilmente escolhidos, mas que o movimento foi preparado pelos padres” (44).

Nos primeiros dias de janeiro de 1875 continuava ainda a busca dos jesuítas que deviam ser deportados. A 6 de janeiro o visconde do Rio Branco enviava o seguinte telegrama ao Presidente de Pernambuco:

“Respondo ao telegrama de hoje. A autoridade não deve recuar. Os Jesuítas de Triunfo são os mais perigosos; prepararam o movimento da Paraíba e de Pernambuco de inteligência com Ibiapina e outros missionários. Parece que ali está o foco principal da sedição. Proceda com prudência, mas com energia, dispondo para esse fim elementos eficazes. . .” (45).

A 7 de janeiro, o visconde escrevia ao Imperador:

“Senhor: Ontem recebi telegrama anunciando que o povo do Triunfo quase todo se mostrava fanatizado pelos Jesuítas, e até a Câmara Municipal pedia por eles, nos termos que Vossa Majestade lerá. Ali está o centro de que partiu todo o movimento dos sertões... Esta manhã muito cedo recebi resposta do Presidente Lucena, que me tranquiliza”.

A 8 de janeiro, em novo bilhete ao Imperador, o visconde declarava:

“Tive a honra de receber carta de Vossa Majestade. O telegrama de ontem à noite, que junto aqui, indica que as notícias de Triunfo eram exageradas” (46).

De qualquer maneira, nos primeiros dias de janeiro, os últimos jesuítas estrangeiros do nordeste deixaram o país. Terminada a ação repressiva do governo no nordeste, ainda houve um pequeno surto de agitação em Santa Catarina. Sobre isso nos informa a carta do viscon-

de do Rio Branco de 14 de janeiro de 1875 a D. Pedro II.

“Senhor: Depois de escrita outra carta que nesta ocasião dirijo a Vossa Majestade, recebeu o Ministro do Império um telegrama do Presidente de Santa Catarina. O jesuíta João Maria Cybeo andava pelo interior daquela província pregando contra o governo e as instituições do país, isto com a exortação de obediência somente ao papa. O povo de Lajes expeliu o Jesuíta, e a ordem pública teria sido perturbada, se o Delegado de Polícia não intervisse, obrigando o missionário a ceder ao povo. Acha-se esse Padre na colônia militar de Santa Teresa, tendo sido a sua pessoa protegida. O Presidente tencionava fazê-lo vir para a Capital, e conservá-lo aí sob as vistas da Polícia. Se é estrangeiro, entendo que deve sair do país. Quanto aos nacionais, trataremos de examinar a questão de terem ou não perdido a nacionalidade” (47).

Ao que consta, apenas dois jesuítas foram expulsos de Santa Catarina por ordem do governo.

III. A DEFESA DOS JESUÍTAS

Cerca de três meses após a expulsão dos jesuítas, em data de 29 de março de 1975 o bispo D. Vital, que ainda se encontrava prisioneiro, publicou uma ampla carta pastoral em defesa dos jesuítas. A carta pastoral tem com otítulo **A maçonaria e os jesuítas**, e nela o bispo acusa a maçonaria como principal responsável pela expulsão dos jesuítas.

Desde o início da carta pastoral o bispo contrapõe a atuação dos jesuítas ao ataque dos maçons contra o catolicismo romano. Escreve D. Vital:

“Sob as odiosas denominações de fanatismo, ultramontanismo, romanismo, jesuitismo, etc. não cessa a Maçonaria de mover guerra sem

tréguas ao Catolicismo, combatendo-o a todo o transe, por todos os meios, por todos os lados.

“Nesta luta renhida, travada a séculos, tem de ordinário a máxima parte nas tribulações a ilustre Sociedade de Jesus, que estando sempre a pé firme na estacada, sempre impávida na vanguarda dos exércitos do Senhor, é a que primeiro arrosta o ódio, furor e impetuosos acomedimentos das hostes diversas” (48).

As violências de 14 de maio de 1873 no Recife

Segundo o bispo de Pernambuco, a primeira fase da Questão Religiosa se situa entre a sua tomada de posse da diocese e as cenas de violência registradas na capital a 14 de maio de 1873.

“A todos se mete pelos olhos, — afirma D. Vital — que o atual conflito teve origem nas provocações diretas e no insólito procedimento da maçonaria, a começar desde o dia 3 de março de 1872 até as vergonhosas cenas de 14 de maio de 1873, que enodoaram a veneranda imagem da pátria querida, com salpicos de sangue sacerdotal” (49).

Estes últimos fatos nos interessam particularmente, por estarem nele envolvidos os jesuítas. Antônio Manuel dos Reis descreve pormenorizadamente esses acontecimentos.

“A maçonaria, — escreve ele — que um ano antes, havia feito iluminar todas as Lojas e casas dos maçons, para festejar o centenário da abolição da Companhia de Jesus; a maçonaria que celebrava todos os

dias com permissão do governo, reuniões e conferências nas praças públicas, contra o Bispo, contra os católicos (que ela chamava ultramontanos), contra os Jesuítas, contra as Irmãs de Caridade, etc., a Maçonaria, que tinha toda a liberdade, um belo dia, a 14 de maio de 1873, invadiu com os liberais a igreja dos Padres Jesuítas que estava adornada para o mês de Maria, e aí cometeu atos de puro vandalismo. O púlpito, o confessionário, a mesa da comunhão, os painéis, as estátuas, mesmo as da Santa Virgem, os candelabros, os festões, tudo aí foi profanado, aí foi quebrado, derribado, despedaçado.

“Introduzem-se depois no interior da casa; levam a devastação por toda a parte; dispersam as crianças do colégio; ferem os Padres Jesuítas, chegam até a apunhalar um pobre religioso enfermo que guardava o leito. Depois vão queimar a tipografia da **União** a única folha religiosa que existia então em Pernambuco.

“O Presidente da Província foi advertido de tudo isso; mas ele não se inquietou. A força pública foi testemunha impassível de todo este vandalismo; ela não se moveu, porque havia recebido ordem de deixar obrar. Não se apresentou senão quando se ameaçou o palácio do bispo e o Colégio das Irmãs de S. Dorotéia. Os principais culpados, os chefes eram todos conhecidos; entretanto eles nada sofreram da parte do governo” (50).

Estes acontecimentos, segundo D. Vital, foram decisivos para definir a posição dos jesuítas em favor da atitude tomada pelo bispo de Pernambuco.

“Ora, dizei-nós, que deveriam fazer os padres jesuítas em tais colisões? Ficar mudos, quedos, de braços cruzados? Conservarem-se neutrais? Ah! Em Pernambuco, no começo da questão, quando ela limitava-se à desobediência de Irmandades recalcitrantes às paternais admoestações de seu Prelado, até 14 de maio, e mesmo até 10 ou 11 de junho de 1873, ainda se podia relevar semelhante proceder.

“Mas depois que os Sagrados Cânones foram conculcados, depois que todos os direitos da Igreja foram espezinhados, depois que suas divinas prerrogativas foram obliteradas, depois em suma que a questão, transpondo as fronteiras da diocese, entrou nos domínios da Igreja universal... não! Já não era mais possível essa abstenção” (51).

Não resta a dúvida portanto, que esses episódios de 1873 já haviam contribuído para radicalizar as posições.

Após esses atos violentos, intensificou-se a amizade entre D. Vital e os jesuítas. Nesse mesmo dia, D. Vital escrevia uma carta muito afetuosa aos jesuítas de Olinda, nos seguintes termos:

“Mártires de Jesus Cristo! Saúdo-vos do mais íntimo d’alma. Dou-vos os mais sinceros parabéns! Beijo-vos os pés, oh homens privilegiados, pois fostes achados dignos de sofrer pelo nome de Nosso Senhor Jesus Cristo. Ah! algum pecado meu me privou de tamanha graça! Rogai ao Senhor para que me perdoe os meus pecados e me torne digno também da mesma graça. Quereis vós, irmãos, camas em que repousar esta noite?

Vinde. Em meus braços achareis um asilo e em meu peito um lugar onde reclinar a cabeça. Houve algum ferido? Que sangue feliz! Orai por vosso irmão, Frei Vital, bispo de Olinda. Soledade, 14 de maio de 1873”.

E o padre J. M. de Madureira acrescenta:

“No dia seguinte quis em pessoa visitar os padres e confortá-los um por um com sua presença e palavra de pai amoroso. E não contente com estas provas de magnanimidade e coragem apostólica, na carta pastoral de 19 de maio, com a liberdade e desassombro dos que lutam pela verdade, condenou e repreendeu aos desordeiros, defendendo a inocência das virtudes de seus desmandos.

“O próprio presidente da Província visitou os padres, desculpando-se dos desacatos por eles sofridos e atirando toda a culpa à inércia dos militares. Entretanto, ninguém foi punido; graças a essa impunidade, os sectários não desanimaram, chegando à ameaça de incendiar o Colégio, se os padres não se retirassem no prazo de um mês, motivo pelo qual o dono do prédio exigiu que fossem entregues as chaves, colocando os padres na mais angustiada situação, devido à absoluta falta de lugar onde pudessem continuar a instrução e educação de seus alunos... Na ocasião do assalto, tendo-se dispensado os alunos, voltaram entretanto todos ao colégio, e como os fiéis, continuaram a frequentar a capela, embora reduzida a um montão de ruínas. Impressionado por estes trágicos acontecimentos, faleceu na mesma época o virtuosíssimo irmão leigo Henrique

Yabar, que já não gozava de firme saúde” (52).

As conseqüências do incidente de 14 de maio foram portanto bastante trágicas para os jesuítas. Além dos ferimentos recebidos pelo padre Cappucci, que se achava doente na ocasião, houve a perda do irmão Yabar. Além disso, a partir de então, os jesuítas passaram a ter enormes dificuldades para continuar a exercer sua missão educativa. Finalmente esse episódio constitui mais um elemento para a campanha anti-jesuítica.

Participação dos jesuítas na Questão Religiosa

Pertencente à Ordem dos Capuchinhos, formado na Europa, D. Vital era professor do seminário de São Paulo quando recebeu a nomeação para o episcopado. Em carta de 4 de setembro de 1873, dirigia ao Pe. Francisco de Paula Rodrigues, de São Paulo, o novo bispo refere-se aos inícios da Questão Religiosa nos seguintes termos:

“Apenas cheguei ao meio do meu rebanho, a maçonaria, que me recebeu de baioneta calada, rompeu tremendo fogo contra mim, sem pretexto algum, ou antes, a pretexto de ser um jesuíta educado em Roma e filiado à seite de Loiola” (53).

Quando D. Vital iniciou a campanha contra a maçonaria interditando as irmandades, era natural que os jesuítas se colocassem do seu lado, como também lhe dessem apoio quando foi processado pelo governo. A carta do jesuíta inglês, Joseph Lasemby, datada de 7 de maio de

1874, endereçada ao jesuíta Padre Rocha, e que serviu de peça de acusação para a expulsão dos jesuítas, é típica nesse sentido:

“Lhe agradeço muito as comoventes notícias do Bispo Frei Vital. Eu tive o cuidado de fazer com que fosse ele bem conhecido por todo o mundo onde penetra a língua inglesa; e no meu tempo livre, a minha pena ocupasse muito do bispo”.

E ao falar do governo brasileiro acrescenta:

“Ganhou para si a execração de todos os bons católicos e para o Bispo de Pernambuco a reputação de ser ele um dos campeões mais atrevidos da Igreja” (54).

No mesmo teor é a carta do padre Lasemby do dia 17 de julho. Outra carta aduzida como documento para a expulsão dos jesuítas é a do Dr. Tarquínio Bráulio de Souza Amaranto, datada de 24 de junho ao padre reitor Sottavia:

“Formado em maioria fraca e vacilante, o ministério vai-se sustentando e resistindo à oposição vigorosa que tem contra si; mas não perdemos a esperança de derribá-lo. A causa de nossa Santa Igreja tem ganho muito, segundo todos pensam, em conseqüência das muitas e poderosas vozes que se tem levantando para profligar o procedimento do governo perseguidor dos bispos” (55).

E a 1 de julho o Dr. José Soriano de Sousa escrevia ao mesmo jesuíta:

“O ministério está agarrado como ostra. Mas enfim algum dia ele há de cair” (56).

Em carta de 19 de novembro de 1874 ao padre Sottavia, D. Vital, ao mesmo tempo em que agradece o apoio, continua a pedir a colaboração dos jesuítas nos seguintes termos:

“Ah! mande, mande um novo anjo a Roma; que ele se muna de todos os papéis e documentos que puder encontrar acerca da Questão Religiosa. Quanto não lhe devemos e aos seus eu, a minha diocese, a Igreja brasileira e a universal.

“Ainda mais um favor lhe peço em nome da minha querida diocese. Procure, todas as vezes que lhe for possível, ajudar com os seus conselhos, direta ou indiretamente, os governadores e demais autoridades eclesiásticas. Anime-os constantemente na luta que vai recrudescer, e ore muito por eles. Mil agradecimentos pelos exercícios que pregou no seminário” (57).

Os jesuítas, portanto, não apenas se solidarizaram com os bispos prisioneiros, mas se prontificaram a enviar um mensageiro a Roma para esclarecer a Questão Religiosa perante a Santa Sé.

“Os padres apoiavam — escreve o padre Madureira — como era de seu dever o bispo, o qual solicitou que do Rio de Janeiro fosse um padre jesuíta à Roma, a fim de informar ao Santo Padre Pio IX sobre a verdadeira situação religiosa. Foi designado para essa missão o Padre João Batista Fialho, o qual verificou que muitos cardeais não tinham perfeito conhecimento da questão, conseguindo esclarecê-los e ao Santo Padre sobre a verdade dos fatos. Estas atenções para com o bispo, o

Santo Padre e a Religião foram consideradas atos criminosos pelas autoridades do governo, sob a influência do espírito maçônico” (58).

Os jesuítas e a sublevação do povo

Se de um lado é inegável que os jesuítas se mostraram ostensivamente favoráveis à causa dos bispos, não existem indícios de que tenham incentivado de qualquer modo a agitação popular. Convém ter presente aliás, que uma das finalidades do movimento reformador era justamente levar o clero a evitar qualquer participação política, defendendo a ordem constituída e acatando o poder estabelecido.

As palavras do bispo D. Vital a respeito da não participação do clero nesses movimentos populares são bastante expressivas. Escreve ele:

“O mesmo podemos garantir acerca do clero da nossa querida diocese; pois temos plena certeza de que nenhuma parte, por mínima que seja, tomou ele parte em tais movimentos; antes procurou impedi-los, acalmando os ânimos excitados, onde lhe foi possível, como em Ingazeira, Bom Conselho, Bom Jardim, Campina Grande, Bezerros, Triunfo, etc. Quando mesmo se chegasse a provar com testemunhos irrespondíveis que um, dois ou três sacerdotes, deslembrados de seus augustos deveres, houvessem tomado parte nesses lamentáveis distúrbios, que deporia este fato isolado em desabono do clero?”

E acrescenta em seguida:

“Padres houve implicados nas revoluções de 1817, 1824, 1848, em Pernambuco e na de 1842 em São Paulo e Minas Gerais; entretanto quem nunca se lembrou de lançar tais revoluções à conta do clero? São deploráveis desvarios do indivíduo, pelos quais não se pode responsabilizar a classe inteira” (59).

Favorecer os movimentos de caráter popular, portanto, era considerado pelo bispo como uma transgressão dos deveres eclesiásticos. Em seguida o bispo se refere explicitamente à atuação dos jesuítas no nordeste:

“Os padres jesuítas, pregando ao povo paz e concórdia entre si, respeito e fidelidade aos poderes legitimamente constituídos, submissão e obediência às leis do país, amor e obediência dos mandamentos da lei de Deus e de sua Igreja Santa; aconselhando no sagrado tribunal da penitência a prática das virtudes cívicas e religiosas a velhos e mancebos, a grandes e pequenos, a ricos e pobres, a sábios e insipientes; educando cristãmente a nossa infância e juventude, gravando-lhes bem no fundo do ânimo os princípios de ordem, paz, justiça e dever; atear-do-lhes no peito o sagrado fogo pátrio e divino amor só podem ser úteis e até necessários ao sossego e tranquilidade pública e aos interesses católicos” (60).

Nenhum dos documentos apresentados pelo governo oferece um indício sequer de participação dos jesuítas no movimento popular. Eles foram simplesmente vítimas de sua

solidariedade com o episcopado reformador. A propósito dessa sublevação popular no nordeste, escreve Antônio Manuel Reis:

“O governo tornou então os jesuítas e os católicos responsáveis destes levantamentos que eram entretanto inteiramente estranhos à Questão Religiosa. Ele sabia perfeitamente bem que a religião aí não entrava para nada de modo nenhum, pois que o Ministro da Guerra, pedindo missionários ao P. Caetano de Messina, Superior Geral dos Capuchinhos do Brasil, para ir apaziguar as populações sublevadas, **lho disse positivamente**. Demais, fazendo o mesmo pedido por escrito, em data de 28 de novembro de 1874, ele dizia-lhe que as causas destes levantamentos eram: 1º os impostos; 2º a lei da conscrição; 3º os novos pesos e medidas; não nomeou a Questão Religiosa. Eu tenho em mãos e diante dos meus olhos esta carta **oficial** do Sr. Ministro da Guerra.

“Entretanto, sob o pretexto de encobrir a origem destes levantamentos, o Governo fez a polícia dar busca na casa do Governador da Diocese, ancião venerável, sacerdote respeitável sob todas as relações e na dos padres jesuítas. Além disso fez prender alguns padres jesuítas (nove) que estavam na diocese de Olinda, empregados nos colégios, e os fez deportar, sem processo, sem julgamento, sem provas, sem documentos, como sendo os chefes ou ao menos os cúmplices dos levantamentos populares” (61).

O biógrafo de D. Vital, ao falar das pessoas afastadas do Recife durante a Questão Religiosa, afirma

sinteticamente:

“Entre essas pessoas estavam nove padres jesuítas, acusados de promoverem a revolução no Norte do Brasil, de acordo com o bispo e o clero” (62).

Segundo o padre J.M. de Madureira, os jesuítas deportados nessa ocasião foram somente oito.

“Em 29 de dezembro — escreve ele — foram deportados os padres Rarberti, Arcioni, Mazzi, Cappucci, Berti e Sottavia, os dois primeiros para Lisboa, os outros para a Inglaterra; realizando-se mais tarde a expulsão de outros dois padres Aragnetti e Onorati, que se achavam nas missões do interior, mas sabendo da luta de seus companheiros empreenderam viagem para Pernambuco a fim de, unidos espontaneamente a eles, sofrerem o mesmo castigo” (63).

É possível que o nono jesuíta indicado pelos autores precedentes fosse o irmão leigo Henrique Yabar, já falecido no ano anterior.

CONCLUSÃO

Ao término deste estudo, são oportunas algumas observações finais:

1. É necessário que se tenha presente que ao longo do século XIX perdurou uma forte hostilidade contra a Companhia de Jesus, eco da era pombalina. Durante o período imperial, essa animosidade foi estendida a todo o movimento de reforma católica implantado no Brasil sob a orientação do episcopado. Por

sua vez, a implantação da reforma católica foi caracterizada por um espírito polêmico bastante forte, quer contra as novas idéias liberais e republicanas, quer contra o prestígio crescente da maçonaria nesse período.

2. Na década de 70 se chegou a um momento crítico, mostrando-se os bispos rigorosos quanto à presença da maçonaria nas confrarias religiosas e o governo, de tradição regalista, intransigente no seu direito de aceitar o recurso contra as decisões da autoridade eclesiástica. Esse atrito entre o poder político e o poder religioso foi designado como Questão Religiosa, culminando com o processo e condenação do bispo de Pernambuco, D. Vital de Oliveira, e do bispo do Pará, D. A. de Macedo Costa.

3. Estava a Questão Religiosa em plena efervescência, quando eclodiu no nordeste o movimento quebra-quilo, como reação popular contra as determinações do governo com relação às novas medidas de peso e aos novos impostos. Quatro províncias foram atingidas pelo movimento: Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte. Na Paraíba alguns populares passaram a unir suas reivindicações de caráter social a manifestações de caráter religioso, exprimindo seu desagrado pela prisão dos bispos e clamando contra a maçonaria.

Ao receber as notícias na Corte, o visconde do Rio Branco procurou interpretar o movimento exclusivamente do lado religioso, querendo esvaziá-lo do seu caráter social. Desse modo o movimento passou a ser

visto pelo Gabinete imperial como um movimento de reação católica em apoio dos bispos prisioneiros e contra a presença da maçonaria no Governo.

4. Como os jesuítas eram conhecidos por sua solidariedade com os bispos reformadores, foi fácil fazer uma ilação entre essa atitude deles e o movimento de agitação popular. Daí as ordens do governo para a deportação dos jesuítas, considerando-os como possíveis agentes intelectuais do movimento. Dado o clima reinante de hostilidade para com a Companhia de Jesus, era fácil indigitar os filhos de Santo Iná-

cio como os provocadores desses distúrbios.

O principal promotor da expulsão dos jesuítas foi o chefe do gabinete visconde do Rio Branco, com a plena anuência e colaboração do presidente da Província de Pernambuco Barão de Lucena. Em última análise parece claro que a expulsão dos jesuítas não foi tanto por sua duvidosa participação no movimento quebra-quilo, quanto por se ter evidenciado sua atitude de apoio incondicional aos bispos prisioneiros. Com isto visava o visconde do Rio Branco diminuir a força da oposição à política eclesiástica adotada pelo seu ministério.

NOTAS

(1) AZZI, RIOLANDO, **Os jesuítas e o movimento brasileiro de reforma católica no século XIX**, CONVERGÊNCIA, 1976, outubro, páginas 491-505. (2) **Contribuições para a biografia de Dom Pedro II**, Revista do I. H. G. B. Tomo especial, Rio de Janeiro, 1925, 496. (3) COSTA, Dom Antônio de Macedo, **A Questão Religiosa do Brasil perante a Santa Sé**, Lisboa, 276-277. (4) **Anuário do Museu Imperial**, Petrópolis, 1947, VIII, 149-150. (5) OTTONI, C. B., **Autobiografia**, Rio de Janeiro, 1908, 215-217. (6) AZZI, RIOLANDO, **O movimento brasileiro de reforma católica no século XIX**, REB, 1974 (34), 646-662. (7) CUNHA, FRANCISCO, **Reminiscências no Império e na Diplomacia 1870-1910**, Rio de Janeiro, 1914, 314. (8) Idem, ver nota 7, página 358. (9) Idem, ver nota 7, página 560. (10) Idem, ver nota, 7, páginas 569-570. (11) AZZI, RIOLANDO, **Dom Pedro II e a reforma do clero no Brasil**, artigo a ser publicado proximamente na revista do I. H. G. B. (12) MONTE, JERÔNIMO CARMELO, Frei, **O Brasil mistificado na questão religiosa**, Rio de Janeiro, 1875, VIII. Ao comentar a

atuação do bispo de São Paulo, Dom Antônio Joaquim de Melo, Monte Carmelo afirma: "O bispo foi o primeiro que introduziu os jesuítas no Império. Foi ele quem primeiro enxotou os professores brasileiros para confiar o ensino eclesiástico aos discípulos de Loyola, então disfarçados em capuchinhos e que ainda continuam em São Paulo como em seu mais inviolável reduto", obra citada, página 250, nota c. (13) GANGANELLI, **A Igreja e o Estado**, Rio de Janeiro, 1873, I, 45. (14) Idem, ver nota 13, página 79. (15) Idem, ver nota 13, página 342. (16) JANUS, **O Papa e o Concílio**, Rio de Janeiro, 1877, XII. (17) SCHMIDT, EUGÊNIO, Frei, **Rui Barbosa e o Decreto de separação 7-1-1890**, REB, 1954 (14), 364. (18) **Obras Completas de Rui Barbosa**, vol. VII, 1880, tomo I, Rio de Janeiro, 1845, 187-189. No texto da Constituição de 1891, elaborado por uma comissão de juristas, Rui Barbosa, na correção das provas acrescentou de próprio punho: "É excluída do país a Companhia dos Jesuítas e proibida a fundação de novos conventos ou ordens religiosas", **Obras Completas de Rui Barbosa**, volume XVII, tomo I, 98. (19) AZZI, RIO-

LANDO, **As Filhas da Caridade e o movimento brasileiro de reforma católica no século XIX**, CONVERGÊNCIA, 1975, maio, 240-245. **Os Padres da Missão e o movimento brasileiro de reforma católica no século XIX**, CONVERGÊNCIA, 1974, dezembro, 1246-1247. (20) AZZI, RIOLANDO, **Os jesuítas e o movimento brasileiro de reforma católica no século XIX**, CONVERGÊNCIA, 1976, outubro, 497-498. (21) RODRIGUES, JOSÉ HONÓRIO, **História, Corpo e Tempo**, São Paulo, 1976, 138-139. (22) CAS-CUDO, LUÍS DA CÂMARA, **História do Rio Grande do Norte**, Rio de Janeiro, 1955, 182-183. (23) **Anuário do Museu Imperial**, Petrópolis, 1951, XII, 108-109. (24) Idem, ver nota 23, página 111. (25) Idem, ver nota 23, página 121. (26) Idem, ver nota 23, página 128. (27) Idem, ver nota 23, página 109. (28) Idem, ver nota 23, páginas 109-110. (29) Idem, ver nota 23, página 112. (30) Idem, ver nota 23, página 113. (31) Citado por LUSTOSA, DOM ANTÔNIO DE ALMEIDA, **Dom Macedo Costa**, Rio de Janeiro, 1939, 276. (32) Idem, ver nota 23, páginas 115-116. (33) Idem, ver nota 23, página 156. (34) OLIVEIRA, VITAL, Dom, **A maçonaria e os jesuítas**. Carta Pastoral, Rio de Janeiro, 1944, página 103. (35) Idem, ver nota 23, página 118. (36) **Organizações e programas nos Ministérios. Regime Parlamentar no Império**, Rio de Janeiro, 2ª Edição, 1962, 161-162. (37) Idem, ver nota 23, página 121. (38) Idem, ver nota 23, página 123.

(39) Citado por OLIVEIRA, VITAL, Dom, **A maçonaria e os jesuítas**. Carta Pastoral. Rio de Janeiro, 1944, 102. (40) Idem, ver nota 34, páginas 114-133. (41) Idem, ver nota 23, página 123. (42) Idem, ver nota 23, página 124. (43) Idem, ver nota 34, página 103. (44) Idem, ver nota 23, página 128. (45) Idem, ver nota 23, página 128. (46) Idem, ver nota 23, página 130. (47) Idem, ver nota 23, página 130. (48) Idem, ver nota 34, página 20. (49) Idem, ver nota 34, página 115. (50) REIS, ANTÔNIO MANUEL, **O Bispo de Olinda, Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira perante a história**, Rio de Janeiro, 1878, 745. (51) Idem, ver nota 34, página 120. (52) MADUREIRA, J. M., **A liberdade dos índios, a Companhia de Jesus, sua pedagogia e seus resultados**, Revista do I. H. G. B. Tomo Especial, Congresso Internacional de História da América, 1922, volume VIII, 474-475. (53) PASSOS, AFONSO DE MORAIS, P., **Carta provavelmente inédita de Dom Frei Vital**, REB, 1959, 383. (54) Idem, ver nota 34, página 104-105. (55) Idem, ver nota 34, página 107. (56) Idem, ver nota 34, página 106. (57) Idem, ver nota 34, página 108-109. (58) Idem, ver nota 52, páginas 475-476. (59) Idem, ver nota 34, páginas 102-103. (60) Idem, ver nota 34, página 134. (61) Idem, ver nota 50, página 754. (62) OLÍVOLA, FELIX, Frei, **Um grande brasileiro**, 2ª edição, Recife, 1936, página 180. (63) Idem, ver nota 50, página 476.

Que destino tem a vida? A utopia do homem se realiza?

Nascemos para morrer? A verificação empírica diz que a vida nasce para morrer. A morte é o ponto final. Contra esta constatação protestam a imaginação, o desejo, o utópico. O homem sonha e quer a imortalidade. Não encontra para isso, nem dentro da ordem natural, nem dentro da ordem da história, alguma verificação. A ressurreição vem responder: o homem nasce para morrer. Morre, porém, para ressuscitar. A ressurreição demarca o triunfo último, superior e pleno da vida. O sonho da imaginação se realiza.

LIVROS NOVOS

A EUCARISTIA, CAMINHO DE RESURREIÇÃO, Raymond Johanny. Tradução do original francês **L'Eucharistie, chemin de réssurrection** de Maucyr Gibin e Violeta Teles Ribeiro. Edições Paulinas, São Paulo. Ano 1977. Páginas 304.

Todo homem traz em si mesmo um tormento. Um dia ou outro de sua vida, ele experimenta a necessidade de dizer o que sente. É vital para ele e até mesmo necessário. Deve fazer explodir a extraordinária potência da palavra contida no objeto de sua paixão. Deve liberar-lhe a energia. Deveria fazê-lo com todo o coração, da melhor maneira possível. Caso contrário, é melhor se calar. Mas perfeição, no campo do expressar-se, é pura ilusão. Esta experiência é a do artista ou do poeta. Ela se torna a de todo homem em face da criação, quando este se sente sacudido e como que fascinado pela pureza de um olhar, pela beleza de uma paisagem, ou simplesmente pelo mistério da vida. Esta experiência é também a nossa, em relação a Deus, quando as fórmulas não nos satisfazem mais e procuramos ir mais além, numa busca vital do ser. É uma tal aventura que eu desejaria tentar aqui a respeito da eucaristia.

Se me perguntarem o que significa eucaristia, eu direi que ela é uma energética de ressurreição no coração do universo, sob o impulso do Espírito Santo. Mas isto corre o risco de parecer complicado e apenas uma satisfação do espírito, e por algum tempo tão somente. O importante é sentir a eucaristia, liberar-lhe a força da palavra. Aí é que está sua novidade: no fato de que ela contradiz, sem cessar, um universo de vetustez, para dele fazer surgir a riqueza da criação, como algo inédito. Uma criação na qual se inscreve o espanto de Deus e o vir a ser de Cristo e à qual o homem não se habitua, pois ela é sempre nova, espantosa, no pleno sentido do termo.

Então, a eucaristia fala. Ela é uma aventura de criação e um caminho de ressurreição. Um caminho que se toma; pelo qual a gente depois vai andando, à descoberta, longe, muito longe...

com o Cristo. Com os homens. Com alegria. Com estas palavras de introdução, Raymond Johanny revela a tonalidade de todo o seu livro. Quando Pierre Talec qualifica A EUCARISTIA, CAMINHO DE RESSURREIÇÃO de **Bíblia da Eucaristia**, creio que ele o faz por duas razões:

Primeira: Porque trata de todos os aspectos da eucaristia, mesmo aquelas mais esquecidas pela sistemática, como seja sua relação com o Espírito Santo e com o Universo. **Segunda:** Porque no seu estilo e linguagem, a base é a experiência prolongada e confrontada. Experiência não de um homem mas da Igreja. Basta verificar as fontes patrísticas aludidas e referidas no contexto da obra. Basta examinar a dimensão histórica da obra.

Este livro não pretende ensinar o que é a eucaristia. Ele introduz o leitor na contemplação, na admiração, na oração. O sentimento poético que invade cada página e que, às vezes, se transforma em verso, é um convite ao leitor a se entregar a uma verdadeira experiência do mistério de Cristo Ressuscitado, realmente presente no sacramento que a Igreja celebra para perpetuar a sua memória.

COMUNICAÇÃO NA IGREJA. Concilium/131 — 1978/1. Sociologia da Religião. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. Ano 1978. Páginas 136.

A **Comunicação**, entendida como solidariedade, interdependência, mutualidade, intercâmbio informativo e vital, etc., deveria ser uma realidade atuante de fato e perenemente na comunidade cristã global: a Igreja. Como Cristo, na

Igreja, tem a função de "Cabeça", comunicando sua vida e força divinas a todo o seu corpo místico, aos fiéis que compõem seus membros, da mesma forma a Hierarquia da Igreja deveria estar em constante e efetiva comunicação, sob todos os aspectos, com todos os membros da Igreja: as comunidades cristãs particulares e cada fiel em geral. A **Comunicação** na Igreja, tomando esta palavra em seu sentido mais amplo, procede como consequência de um dos seus pressupostos teológicos fundamentais: sua constituição na **unidade**.

Em face da importância da questão, vários teólogos empreenderam, neste volume de CONCILIUM, uma séria investigação em torno da Comunicação na Igreja hoje. Como pontos de referência, eles analisam três diferentes setores: a pregação pública e os fiéis; a comunicação entre as diferentes comunidades nacionais; entre os bispos e os escalões inferiores da Igreja. Neste enfoque, realístico e crítico, se revela que a comunicação na Igreja, na práxis, não vem se realizando do jeito e nas medidas exigidas pela sua realidade teológica e pela sua necessidade vivencial.

Além de ser uma válida contribuição aos estudos sobre Sociologia Religiosa, a matéria serve também como reflexão para as autoridades eclesiais e teólogos e chamada de atenção para todos os que formam a Igreja, participam de sua vida e realizam seu destino no mundo.

VITALIDADE DO CRISTIANISMO NO SÉCULO XX, Dadeus Grings. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. Ano 1978. Páginas 106.

OUTUBRO

MÊS DAS MISSÕES

- Anualmente, no mês de outubro, a Igreja coloca diante de nossos olhos uma característica essencial de sua vida: a Igreja, por sua natureza, é missionária. A evangelização define sua razão de ser. Ai de mim se não evangelizar! (I Cor 9, 16). A evangelização é necessária, insubstituível, indispensável.

- Neste ano nossa atenção é dirigida para o importante anúncio evangélico da justiça. Desde 1968, a Igreja da América Latina não cessa de clamar pela instauração de uma sociedade mais justa. A Igreja, a partir de seu centro que é a Sé de Pedro, não nos faz ouvir voz diferente. É uma só a voz: Justiça, justiça, mais justiça. É necessário dar a cada criatura humana o que lhe é devido. Cada criatura humana tem direito a estruturas tais de vida que lhe seja possível desenvolver ao máximo as potencialidades de seu ser.

- É este o aspecto mais profundo da justiça social, que não esquece mas supõe a justiça comutativa dentro da justiça distributiva. A libertação de uma si-

tuação opressora para colocar a criatura dentro de uma autêntica linha promocional é o anúncio eclesial mais insistente, fundamentado no evangelho da fraternidade universal: *todos somos irmãos. Ninguém pode ser escravo de ninguém.*

- A maior ameaça à paz do indivíduo e da Sociedade é a *marginalização, a não realização* do ser humano em todo o dinamismo de suas virtualidades. Quem recebeu cinco talentos deverá obter outros cinco; quem dois, outros dois; quem um só, não poderá cruzar os braços. Tem obrigação de conseguir mais outro talento (Mt 24, 14).

- Dentro da luz destas considerações, vê-se a importância do tema fundamental proposto à nossa reflexão neste mês missionário, tema ligado à Campanha da Fraternidade deste ano de 1978: Trabalho e Justiça para todos. Que o mês missionário marque mais um passo à frente na construção de uma sociedade justa, fraterna, pacífica, evangelizada conforme o plano do Senhor.